

ZENAIDA BEATRIZ KANJALA SAWIMBO

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO PARA A
ERRADICAÇÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**

Orientador: Professor Doutor Carlos Capelo

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2015

ZENAIDA BEATRIZ KANJALA SAWIMBO

**O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO PARA A
ERRADICAÇÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção de grau de Mestre em Gestão de Empresas no Curso de Mestrado em Gestão de Empresas, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias pelo despacho de nomeação de júri nº 308/2015 com a seguinte composição:

Júri:

Presidente: Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Arguente: Professora Doutora Ana Cristina Freitas Brasão Amador

Orientador: Professor Doutor Carlos Eduardo Capelo Ramos do Rosário

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2015

*Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é
alguém, que acredite que ele possa ser realizado*

Roberto Shinyashiki

*O ser humano é uma criação maravilhosa imbuída de
qualidades e potencial humano ilimitado. As nossas
construções teóricas não devem partir de pressupostos
negativos mas sim dar condições para que estas
qualidades possam desabrochar*

Nobel da Paz, Yunus (2006)

Agradecimentos

A Deus por me dar a capacidade e inteligência para a realização deste trabalho, apesar dos contratemplos como emigrante, foi concluído.

À minha querida mãe, este feito é para ti, porque tens sido o meu escudo. A tua paciência e apoio incondicional que sempre demonstraste, apesar das dificuldades, nunca deixaste de acreditar em mim e em momento algum me deixaste ficar mal, antes pelo contrário.

Ao meu irmão Hamed Rufino, que sempre foi o meu operativo, apesar das circunstâncias na altura, nunca desististe de mim. Hoje sou o que sou, porque o teu amor, apoio e compreensão foram muito importantes para o alcance deste mérito.

Ao Professor e Orientador, Doutor Carlos Capelo, pela paciência que sempre demonstrou na execução desta pesquisa, mesmo eu estando já a trabalhar em Luanda, o seu profissionalismo, capacidade de orientação e conhecimento na matéria, facilitou, em parte, ultrapassar determinados obstáculos que foram surgindo pelo caminho, apesar da distância.

À Dra. Ana Nogueira, que foi a ponta de lança dos meus estudos, ao Dr. Luís Sanches, Dona Fátima e seus familiares, Enfermeira Bertília e Dr. Menezes, pelo carinho, paciência, amizade, ajuda e compressão enquanto vossa colaboradora e amiga, aquando estudante do 1º e 2º ciclo, o vosso apoio foi crítico à concretização deste trabalho

Aos meus colegas, Dr. Elias Piedoso Chimuco, Clemente Lello, que até à data têm sido uma força motora no mercado de trabalho angolano, o vosso apoio tem sido muito importante, pelo facto da amizade, respeito e companheirismo que nutrimos mutuamente, até aos tempos que correm.

Aos Professores Paulo Oliveira e Manuel Cabugueira, que, de alguma forma, inspiraram-me para a continuidade dos meus estudos, após conclusão do 1º ciclo.

Aos meus tios, tias e primas, especialmente a Zeosa Ngombe que travamos juntas, determinadas batalhas enquanto imigrantes e estudantes/trabalhadoras, para ver este objetivo alcançado.

À Instituição de KixiCrédito S.A – Angola, localizado no Morro Bento, pelo apoio no preenchimento dos questionários, junto dos seus clientes, o meu agradecimento à equipa de campo, principalmente. Sem o vosso apoio, este trabalho estaria vazio.

Aos estimados colegas e a todos aqueles que diretas e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, o meu profundo agradecimento.

Resumo

O presente trabalho, que tem como tema *O Microcrédito como Instrumento para a Erradicação da Pobreza e Exclusão Social*, procura compreender a problemática da pobreza e exclusão social, analisar a funcionalidade, os efeitos económicos e sociais do instrumento financeiro “microcrédito”.

A investigação é orientada para o tratamento da seguinte questão: *Será que o microcrédito contribui para erradicar a pobreza e a exclusão social?* Como resposta à questão de investigação, aplicamos uma metodologia de propósito descritivo e exploratório, baseada no estudo de caso, cujo campo de investigação incidiu sobre uma instituição de microcrédito e respetivos clientes.

Os resultados obtidos sugerem as seguintes conclusões: o microcrédito pode ser utilizado como instrumento para o combate à exclusão social numa determinada região em estudo, pois grande parte dos clientes financiados pela instituição estudada estão satisfeitos com a oportunidade de terem tido acesso a empréstimos, dos quais resultaram mudanças favoráveis nas suas condições de vida.

Palavras-chaves: Microcrédito, Instituições de Microfinanças, Política Social, Combate à Pobreza, Exclusão Social.

Abstract

This work, whose theme is *The Microcredit as a Vehicle for Eradication of Poverty and Social Exclusion*, seeks to understand the problems of poverty and social exclusion, analyze the functionality, economic and social effects of the financial instrument "microcredit".

The research is oriented to the treatment of the following question: *Is the microcredit helps to eradicate poverty and social exclusion?* In response to research question, we applied the exploratory and descriptive purpose methodology based on case studies, a field of research focused on a microfinance institution and its clients.

The results suggest the following conclusions: the microcredit can be used as a tool to combat social exclusion in a given region under study, since most of the customers questioned are satisfied with the opportunity to have had access to loans, which resulted in changes favorable in their living conditions.

Keywords: Microcredit, Microfinance Institutions, Social Policy, Fighting Poverty, Social Exclusion

Lista de Siglas e Abreviaturas

CAI	Circulo Angolano Intelectual
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
EUD	Economia de Unidade Doméstica
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSAP	Programa de Avaliação do Sector Financeiro
IBEP	Inquérito de Bem-Estar à População
IMF	Instituição de Microfinanças
INE	Instituto Nacional de Estatística
MC	Microcrédito
MINPLAN	Ministério do Planeamento de Angola
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
USD	Dólares Americanos
BNA	Banco Nacional de Angola
BPC	Banco de Poupança e Crédito
MAPESS	Ministério da Administração Publica, Emprego e Segurança Social

Índice Geral

Capítulo 1. Introdução	Erro! Indicador não definido.
1.1 Tema.....	10
1.2 Objetivos e Questão de Investigação	12
1.3 Metodologia	12
1.4 Organização da Tese	14
Capítulo 2. Revisão da Literatura	15
2.1 O Fenómeno da Pobreza	15
2.2 A Pobreza em Angola	20
2.2.1 Evolução da Pobreza em Angola	20
2.2.2 Estratégia de combate à pobreza	22
2.3. O Conceito de Microcrédito	28
2.4. O Microcrédito como Instrumento para o Erradicação da Pobreza e Exclusão Social.	33
Capítulo 3. Estudo de Caso	42
3.1 Procedimentos da coleta de dados e sua interpretação	42
3.2 Caracterização da Instituição de Microfinanças - KixiCrédito S.A - Angola.....	42
3.3 Resultados e Discussões	44
3.3.1 Identificação dos inquiridos por género, idade e habilitações literárias	44
3.3.2. Características do Negócio.....	51
3.3.3. Condições de crédito	56
3.3.4. Impacto verificado no lar	61
3.3.5. Impacto no Indivíduo (bem-estar pessoal)	65
Capítulo 4. Conclusão	68
Bibliografia	72
Apêndices	I
Apêndice I – Questionário realizado para a pesquisa	II

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de pessoas em situação de pobreza extrema por região e países.	16
Tabela 2 - Género dos Inquiridos	44
Tabela 3 – Estado civil dos Inquiridos	45
Tabela 4 – Idade dos inquiridos (ambos os géneros).....	46
Tabela 5 – Nível de Escolaridade	47
Tabela 6 – Número de Agregado Familiar	48
Tabela 7 – Existência de filhos.....	49
Tabela 8 – Número de filhos	50
Tabela 9 – Ramo de atividade antes de receber o microcrédito	51
Tabela 10 – Ramo de atividade atual.....	52
Tabela 11 – Tempo que dedica à atividade	53
Tabela 12 – Razão para optar atividade.....	54
Tabela 13 – Número de vezes que receberam o crédito	57
Tabela 14 – Razão para repetir o pedido de crédito	58
Tabela 15 – Montante do crédito (renovação do pedido).....	58
Tabela 16 – Fez reembolso?	60
Tabela 17 – Situação da alimentação em casa.....	62
Tabela 18 – Melhoria da situação.....	63
Tabela 19 – Situação da educação dos filhos	64
Tabela 20 – Mudanças a nível pessoal	65
Tabela 21 – Nível de satisfação.....	66

Índice de Figuras

Figura 1 – Representação gráfica da Evolução da Economia Monetária e Financeira de Angola	31
Figura 2 - Vantagens do microcrédito – Papel de microcrédito no desenvolvimento de África	38
Figura 3 - Género dos Inquiridos.....	45
Figura 4 - Estado Civil	45
Figura 5 - Idade dos Inquiridos	47
Figura 6 - Nível de Escolaridade	48
Figura 7 - Número de Agregado Familiar	49
Figura 8 – Número de filhos.....	50
Figura 9 - Ramo de atividade atual.....	52
Figura 10 – Tempo que dedica à atividade.....	53
Figura 11 – Razão para optar pela atividade	54
Figura 12 – Localização da atividade	55
Figura 13 – Instituições onde tomaram o crédito	56
Figura 14 – Número de vezes que receberam crédito	57
Figura 15 – Montante do crédito (renovação do pedido)	59
Figura 16 – Número de prestações no reembolso.....	60
Figura 17 – Como considerou o reembolso.....	61
Figura 18 – Situação da alimentação em casa	62
Figura 19 – Melhoria da situação	63
Figura 20 – Situação da educação dos filhos.....	64
Figura 21 – Mudanças a nível pessoal.....	65
Figura 22 – Nível de satisfação	66
Figura 23 – Volume de vendas após tomada de crédito	67

Capítulo 1. Introdução

Tema. 1.1

A atratividade do conceito de exclusão social decorre da visão inovadora que permite analisar problemas sociais, como o desemprego e a pobreza, não numa perspetiva limitada, mas como parte da mais básica relação social – a pertença ou não à sociedade em que se vive (Woodward, & Kohli, 2001).

Para além da exclusão social, a erradicação da pobreza é uma preocupação presente no discurso político desde há várias décadas, segundo Akoum (2008). Foi também o motor para o desenvolvimento do microcrédito que, desde a sua génese, se constituiu como um instrumento de combate à pobreza, quando assistia ao fracasso das instituições existentes para tirar o terrível peso da privação dos ombros dos pobres, e pelo facto de se sentir movido, à semelhança de muitas pessoas, a procurar uma resposta mais adequada (Yunus, 2008).

O microcrédito é um crédito de pequeno montante concedido a pessoas com poucas capacidades económicas, que por isso não possuem forma de garantir o pagamento, que permite criar pequenos negócios, promovendo a inclusão na vida ativa (Teixeira, Silva & Teixeira, 2010).

A evolução e disseminação geográfica do microcrédito, na sequência dos resultados obtidos, nomeadamente por Yunus, no Bangladesh, não foram contudo, homogéneas. As origens do microcrédito estão associadas a contextos rurais de países em vias de desenvolvimento mas, atualmente, existem programas de microcrédito e microfinanças em países com dimensões e níveis de desenvolvimento distintos e a sua aplicação estendeu-se também às áreas urbanas.

Neste âmbito, o sistema financeiro tem como principal objetivo canalizar recursos de forma eficiente entre os agentes económicos, aforradores e investidores, num horizonte temporal que varia de acordo com as necessidades e disponibilidades das partes envolvidas.

No domínio microeconómico, satisfaz necessidades presentes e futuras, realocando intemporalmente o rendimento dos agentes superficiários e deficitários, a fim de otimizar o bem-estar dos indivíduos e o desempenho económico dos agentes económicos. No cenário macroeconómico, a sistematização dos fluxos de recursos viabiliza investimentos na produção, intervindo para a elevação do rendimento e da capacidade produtiva de cada economia.

Segundo Capucha (1998), são pobres as famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem do modo de vida minimamente aceitável, segundo a norma nos países em que vivem. Assim, são aqueles que são privados de, pelo menos, uma das seguintes necessidades: alimentação, cuidados de saúde, alojamento condigno, rendimento, vestuário e falta de acesso à vida social do país - como o exercício do direito de voto, a liberdade de direitos, etc. Os pobres são aqueles que são indesejados pela sociedade, ou porque são sujos, pedintes, ladrões, sem educação e que não se esforçam para saírem da situação em que se encontram ou porque não são apoiados, e sem os quais perpetuam a sua condição de pobreza.

Neste contexto, importa ter presente qual o papel principal do microcrédito e o seu papel acessório e complementar em relação a outros instrumentos da rede da proteção social. O microcrédito não é um instrumento vocacionado para a criação de empregos em quantidade ou produzir, de forma significativa, e a curto prazo, uma alteração repentina na curva de desemprego. Por outras palavras, não é comparável a uma grande fábrica ou uma agência de *placement*. O seu papel é eminentemente de inclusão social, através do encorajamento e o apoio à iniciativa económica, ao proporcionar pequenos empréstimos aos promotores e o seu acompanhamento durante a vigência do empréstimo.

A nível do emprego, o impacto direto é a criação de, pelo menos, um posto de trabalho por cada empréstimo, embora em muitos casos haja mais um posto de trabalho criado (geralmente um membro do agregado familiar). Trata-se de um instrumento que tem de combinar ao mesmo tempo a luta contra a exclusão económica e social, que exige um longo trabalho de acompanhamento muito especializado e com elevados custos antes de atingir a velocidade de cruzeiro, e a quantidade de empréstimos concedidos, ou seja, os postos de trabalho criados.

1.1 Objetivos e Questão de Investigação

Para desenvolver o presente trabalho de investigação académica, foi proposto o tema com o seguinte título:

”O Microcrédito como Instrumento para a erradicação da Pobreza e Exclusão Social”.

Com este tema, procura-se entender a dinâmica das Instituições de Microfinanças, e qual o impacto e funcionalidade nas mais diversas formas de entendimento do instrumento financeiro designado “microcrédito”.

O objetivo global desta investigação consiste na análise de desempenho do Setor das Microfinanças, como instrumento para o combate à pobreza e exclusão social em Luanda. Note-se que as instituições de microcrédito têm servido como mecanismo de estratégia para a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento, como o caso de Angola, sendo, neste caso, assumida pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, entre outras agências de desenvolvimento.

A questão de investigação que se coloca para o desenvolvimento do presente estudo é a seguinte:

Será que o microcrédito contribui para erradicar a pobreza e a exclusão social?

1.2 Metodologia

A metodologia aplicada para responder à questão principal, tendo em conta o objetivo da pesquisa, vai resultar da revisão literária apresentada e do questionário aplicado aos clientes da Instituição Angolana de pequenos créditos.

No presente estudo, a abordagem metodológica baseia-se na estratégia de investigação de estudo de caso. O campo de investigação assenta numa instituição de microcrédito e respetivas famílias beneficiárias, que funcionam na região da cidade Luanda. O propósito da presente pesquisa é essencialmente descritivo e exploratório, pois pretende-se principalmente descrever, e clarificar os efeitos económicos e sociais do microcrédito.

O método de estudo de caso representa, segundo Lima (2004), a possibilidade de explorar determinados factos de maneira intensa na forma de um único caso ou vários, podendo-se realizar a comparação entre eles. Este conceito é reforçado por Yin (2005, p.32),

ao afirmar que um estudo de caso é uma pesquisa empírica, que “investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”.

A pesquisa realizada procurou analisar a problemática mediante uma revisão crítica da literatura e avaliar o desempenho das Instituições de Microcrédito da região da cidade de Luanda, num contexto natural, baseando-se em concreto no estudo de caso da instituição KixiCrédito S.A. - Angola.

A revisão literária serviu para a criação de bases teóricas sólidas que permitissem uma abordagem subsequente, segura e teoricamente enquadrada dos vários assuntos. Partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a nível nacional e internacional, utilizando-se literatura de reconhecido valor, como se pode constatar na bibliografia apresentada no final deste documento.

Desta forma, percebe-se que o estudo de caso é útil às ciências, porque diz respeito à contemporaneidade dos factos, tendo em vista que a sua busca parte do quotidiano da sociedade, ou seja, de um ambiente real.

Segundo Gil (1999), existem diversas razões para se realizar um estudo de caso, destacando-se entre elas: explorar situações da vida real sem uma limitação definida; descrever uma situação de contexto local, onde a investigação está a ser realizada; e, explorar as variáveis causais de determinados fenómenos que não permitem a utilização de levantamentos e experimentos.

Dentro desta linha de raciocínio, Yin (2005) argumenta que se pode complementar estudos de casos exploratórios com estudos exploratórios descritivos.

Neste sentido, o desenvolvimento do estudo de caso seguiu as seguintes etapas:

- i) Início do processo, onde foi definida a questão de investigação, com vista a focalizar os esforços necessários para a realização da pesquisa;
- ii) Seleção da instituição de microcrédito, objecto do estudo de caso;
- iii) Recolha e análise de informação sem a instituição;
- iv) Elaboração do questionário para aplicação aos clientes da instituição;
- v) Tratamento e análise das respostas aos questionáveis.

1.3 Organização da Tese

A presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo encontraremos o tema, onde fizemos referência dos, objectivo, questão de investigação, metodologia e a organização da tese, nos capítulos 1.1 a 1.3.

No segundo capítulo apresentamos a revisão da literatura, desde o fenómeno da pobreza, pobreza em Angola, evolução da pobreza, a estratégia de combate a pobreza (2.1 a 2.2.2), fizemos referência do conceito do microcrédito e o microcrédito como instrumento para erradicação da pobreza e exclusão social, (2.3 e 2.4).

Na terceira parte, o estudo de caso com início no capítulo 3 até 3.3.5, onde apresentamos os procedimentos da coleta de dados, sua interpretação, caracterização da instituição, resultados e discussão e outros.

No final apresentamos o capítulo quatro com as limitações durante a investigação, e capítulo 5 com a conclusão, considerações finais, o apêndice, e o questionário aplicado.

Capítulo 2. Revisão da Literatura

2.1 O Fenómeno da Pobreza

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, nos países Ocidentais houve uma acumulação sem precedentes de riqueza. Entretanto, segundo a tradição liberal, esta acumulação garantiu a existência de maiores rendimentos para distribuir por todos aqueles que contribuíram para essa riqueza. Desta forma, mais pessoas conseguiram assegurar a satisfação de necessidades básicas e melhores condições de vida para si e para a sua família (Lomasky, e Swan, 2009).

Noutra hora, a maioria das pessoas destes países viviam vidas, que se orientavam pela subsistência e que eram colocadas em risco quando sucedia algum contratempo, como por exemplo, má colheita ou doença. Segundo Lomasky e Swan (2009) ser pobre significa viver no limite da existência, em constante perigo de não conseguir assegurar necessidades básicas. Nestes casos, a questão principal era «salvar» os indivíduos de descender abaixo desse limiar de subsistência, mais do que lidar com a desigualdade entre os indivíduos. Por conseguinte, a corrente liberal clássica preocupa-se com a igualdade, mas numa perspectiva de satisfação das necessidades básicas e não no que respeita à distribuição da riqueza e dos rendimentos.

O desenvolvimento verificado nos Países Ocidentais, na sequência da Revolução Industrial e do forte crescimento económico que daí surgiu, conduziu a uma divisão entre países desenvolvidos e os restantes países, situados nos continentes Asiático, Africano e Sul-americano, em que a percentagem da população cujas condições de vida se mantêm ao nível mínimo ou mesmo abaixo de um limiar de subsistência, continua a ser muito elevada (conforme ilustra a Tabela 1), observando-se na maioria desses países, a existência de minorias cada vez mais ricas e distantes da população mais pobre.

Tabela 1 – Número de pessoas em situação de pobreza extrema por região e países seleccionados, nos cenários de caso básico e de progresso acelerado, 2010-2050 (milhões).

Região ou país	2010	2020	2030	2040	2050, Caso básico	2050, Progresso acelerado
Estados Árabes	25	19	17	16	17	1
Ásia Oriental e Pacífico	211	74	42	29	29	9
China	94	13	5	1	1	0
Europa e Ásia Central	14	2	3	3	4	1
América Latina e Caraíbas	34	29	26	27	32	13
Ásia do Sul	557	382	243	135	81	13
Índia	416	270	134	53	21	2
África Subsariana	371	333	297	275	267	60
Mundo	1 212	841	627	485	430	96

Nota: A pobreza é definida como 1,25 dólares por dia em termos de paridade de poder de compra. Ver o Anexo técnico para uma apresentação dos cenários de caso básico e de progresso acelerado

Fonte: Cálculos do GRDH com base em Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

Fonte: Banco Mundial (Junho, 2013).

Não é de estranhar que, um instrumento como o microcrédito tenha sido pensado e desenvolvido num dos Países mais pobres do mundo na década de 70, o Bangladesh, um país recém-formado e a recuperar de uma devastadora guerra da independência e muito sujeito a calamidades naturais (Yunus, 2008).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, umas das principais prioridades do mundo é a erradicação da pobreza e da fome. Aliás, este era o primeiro dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, cuja meta para 2015 consistia na redução para a metade da percentagem das pessoas que viviam com menos de 1,25 dólares americanos por dia face aos valores de 1990. Consequentemente, o número de pessoas pobres tem vindo a diminuir consideravelmente; por exemplo, entre 1990 e 2008, a China conseguiu retirar da pobreza o extraordinário número de 510 milhões de pessoas (Banco Mundial, 2013).

O relatório afirma que os indivíduos que vivem em situação de pobreza não padecem apenas de falta de rendimentos, a pobreza possui múltiplas dimensões, com défices na saúde e na educação. Em Angola, estes sectores, infelizmente, precisam de profundas reformas e políticas de fácil acessibilidade por parte das famílias.

Em 1997, Alcock considerou que o debate político e académico sobre a pobreza era claramente prescritivo e não meramente descritivo. Por outro lado, esta visão de que a definição e medição da pobreza era um exercício prescritivo em si foi contestada por Sen (1979), que considerava que o facto de se terem em conta as prescrições efetuadas por membros da comunidade a este respeito é um ato descritivo, na medida em que para o investigador que estuda e mede a pobreza, as convenções e padrões aceites pela sociedade em geral são um dado e não um objeto de debate.

Quanto à conceitualização da pobreza, Sen (1999) coloca em destaque a decisão sobre “quem” deve ser o enfoque – o conceito de pobreza deve estar associado aos interesses dos pobres, dos não pobres ou de ambos? O autor considera que a segunda opção não era sequer concebível e que, mesmo admitindo a influência dos problemas dos pobres sobre o bem-estar dos não pobres, esta deve ser encarada como uma consequência da pobreza, não devendo integrar o próprio conceito, logo, o enfoque do conceito de estar deve residir no bem-mal-estar dos que se encontram numa situação de pobreza.

Como referenciado, não é fenómeno recente, apesar da preocupação com a mesma o ser. A pobreza faz parte do tecido social em todas as sociedades. Ser pobre acaba por ser “um estatuto fortemente sedimentado” segundo Almeida (1994).

Como anteriormente mencionado, a dinâmica do fenómeno da pobreza dificulta o estabelecimento de um perfil para descrever os pobres. Sen (1999) defende que são pobres aqueles cujos rendimentos totais são insuficiente para satisfazer as necessidades mínimas, manutenção da eficiência meramente física.

Já para Capucha (1998), são pobres pessoas, famílias e grupos que não conseguem ter acesso às necessidades consideradas básicas para o meio onde vivem, como por exemplo, alimentação, cuidados de saúde, alojamento condigno, rendimento, vestuário, etc.

Nos trabalhos desenvolvidos por Both e Rowntree, no final do século XIX, notabilizou-se que se tem dado especial atenção à distinção entre a pobreza absoluta a relativa (Alcock, 1997). Assim, o desenvolvimento do conceito de pobreza absoluta é associado ao estudo realizado por Rowntree, na cidade inglesa de York e publicado em 1901.

A definição de pobreza absoluta procura ser uma definição objetiva, clara e baseada na noção de subsistência, correspondendo a uma situação em que a família tem um rendimento inferior ao mínimo necessário para assegurar a manutenção da saúde física,

estando incluído neste mínimo o acesso a comida, vestuário, habitação, combustível e outros bens domésticos essenciais (Alcock, 1997; Scott, 1997; Costa, 2008).

Podemos salientar alguns aspetos importantes: a utilização do termo recurso tem um conceito mais amplo do que o de rendimento; a definição das necessidades e a avaliação da sua satisfação realizadas tendo como referência o contexto social, sendo este relevante para todo o tipo de necessidades, incluindo o tipo de dieta; e a presença da ideia de exclusão relativamente a estilos de vida e atividades correntes (Costa, 2008).

Em relação ao conceito de pobreza relativa, este tem inerente uma grande subjetividade, na medida em que, baseando-se na comparação do nível de vida dos pobres com a dos não pobres, tem implícito um julgamento de valores.

Townsend defendia que as necessidades relativas não são o resultado de um julgamento meramente arbitrário, mas que podem ser determinadas e medidas. No estudo mencionado e partindo de sessenta questões iniciais, constituiu um índice de privação baseada em doze indicadores (Alcock, 1997). Nos indicadores utilizados, incluiu, para além do rendimento, itens como habitação decente, boas condições de trabalho, rede de suporte familiar e social, aspetos que considerou importantes para a manutenção de um estilo de vida digno e que, portanto, deveriam ser tidos em conta na definição de pobreza (Maghubi, & Selim, 2006).

Pobreza e desigualdade são duas noções relacionadas mas distintas. A pobreza, independente de uma abordagem absolutista ou relativista, define-se em primeira instância pela referência a níveis e condições de vida, sendo estabelecido um limiar que separa pobres de não pobres. A desigualdade, por seu lado, está associada à forma como um determinado volume de recursos é distribuído pelas unidades de análise, sejam estas os indivíduos ou as famílias. Como exemplo extremo, pode considerar-se uma situação em que todos são «igualmente pobres», coexistindo assim «desigualdade mínima» com «pobreza máxima» (Costa, 2008).

A definição e mensuração dos fenómenos da pobreza são, assim, matérias complexas. Existem um elevado número de definições que são utilizadas por diversos intervenientes, tais como: agências internacionais/doadores, Organizações Não Governamentais, (ONG), Agências estatais e investigadores. Deste modo, o conceito é apresentado de diferentes formas, privilegiando distintos aspetos ou temas, tendo evoluído desde definições centradas exclusivamente em fatores associados às necessidades físicas e

materiais básicas, para definições complexas que integram estes com fatores económicos, institucionais, políticos, sociais e psicológicos (Misturelli, & Heffernan, 2008).

No seu estudo sobre o discurso da pobreza dos anos 1970 a 2000, Misturelli e Heffernan (2008), apontam para uma evolução que não é linear, considerando a existência de três grupos conceptuais, no que se refere à classificação das diversas definições baseadas (i) no rendimento, (ii) nas capacidades e (iii) multidimensionais. Os autores defendem a presença de elementos associados a esta última categoria em várias definições já nos anos 70.

Nas definições baseadas no rendimento, a pobreza surge como sendo um estado em que os indivíduos não têm recursos financeiros suficientes para garantir a satisfação de necessidades básicas e, ou de um nível de vida utilizada por Rowntree no estudo de 1901, identificado pelo Banco Mundial em 1975. Esta definição é citada por Misturelli e Heffernan (2008, p.671), que refere que “a pobreza reflecte-se na má nutrição, em desadequadas condições de habitação e condições de saúde mínimas.”

Nesta linha de pensamento, é aparentemente simples definir a «linha de pobreza» que distingue os pobres dos não pobres, mas esta é uma separação sujeita a muitas críticas, nomeadamente, pelo facto de não salientar todos os aspetos da «experiência» da pobreza e de se apresentar como uma situação estática.

A categorização dos pobres está muito presente principalmente nas definições dos anos 2000, o que para Misturelli, e Heffernan, (2008) constitui uma mudança no discurso, com uma passagem da definição de pobreza para a definição dos pobres em si. Os autores realçam também a importância da definição dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” no âmbito da Organização das Nações Unidas na modificação do discurso da pobreza. A importância atribuída à mensuração dos fenómenos neste contexto levou a um regresso a uma definição mais descritiva e comum nos anos 70, comparativamente a definições que colocam a ênfase nas causas do fenómeno, mais utilizadas nos anos 90, fase em que a pobreza deixou de ser encarada como uma inevitabilidade na medida em que sendo determináveis as suas causas, estas poderiam ser combatidas e minimizadas.

A abordagem sobre a pobreza, quando centrada nos países desenvolvidos, implica a análise de outros conceitos relacionados com a pobreza, mas que são distintos desta, como sejam desigualdade e exclusão social. Os pobres também encontram obstáculos, daí que queiram mais poder e estão empenhados em adquiri-lo de modo a melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, os muitos pobres, ou seja, vítimas da fome, trabalhadores rurais sem

terra, unidades domésticas com mulheres como chefe de família em bairros de lata das grandes cidades, podem simplesmente não ter meios para se ajudar a si próprios (Friedmann, 1996).

Ainda nesta linha de pensamento, Costa (1998) também defende que a pobreza é marcada pela total ausência de poder (político, económico, social, cultural, de influência, etc.), a ponto de o pobre nem sequer conseguir reivindicar os seus direitos mais elementares. Qualquer programa ou projeto de luta contra a pobreza terá em vista devolver aos pobres o poder que perderam (*empowerment*), para que tenham condições de pleno exercício da cidadania.

Concluindo, segundo Woodward e Kohli (2001), um raciocínio semelhante pode ser feito relativamente à pobreza que pode ser vista como uma das várias dimensões da exclusão, ou como resultado da exclusão do mercado de trabalho, ou como o principal critério de exclusão e aquele se manifesta de modo mais claro, e deve em primeiro lugar ser o centro da atuação política.

2.2 A Pobreza em Angola

2.2.1 Evolução da Pobreza em Angola

A nova Constituição Angolana estabeleceu uma nova estrutura governativa com o Presidente a liderar o Poder Executivo do Governo. O governo adotou nova estratégia de longo prazo de desenvolvimento nacional para o período de 2013-2017, com base em pilares como a energia, a água, infraestruturas, educação, saúde e diversificação da economia. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) tem como objetivo “mais crescimento e melhor distribuição” (PNUD – Wikipédia, 2015).

O continente Africano tem sido o mais fustigado pela pobreza, segundo Guest (2005), que afirma que África é o mais pobre continente do planeta, apesar de toda a riqueza que possui. Já Kankwenda (2000) referem que a pobreza em África está associada às seguintes causas: (a) medidas económicas inadequadas; (b) falta de investimento (sobretudo investimento estrangeiro); (c) inoperacionalidade do sector agrícola; (d) falta de cooperação entre os vários países; (e) instabilidade política; e (f) conflitos internos e externos.

A conjugação destes fatores, juntamente com as elevadas taxas demográficas coloca a África Subsariana, como sendo a região que regista um número elevado de pessoas a viver

em condições de pobreza. Adicionalmente, o flagelo da SIDA tem dificultado ainda mais a vida dos africanos, dizimando milhares de pessoas por todo o continente. De acordo com o relatório Estratégia Global do Setor da Saúde (2011-2015), publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, 68% da prevalência global do VIH encontrava-se no continente Africano, sendo 60% dos infetados mulheres (OMS, 2011).

Em relação a Angola, o cenário apresenta-se muito diferente daquele que caracteriza o continente africano. A guerra civil que assolou o país durante quase três décadas, juntamente com a adoção de políticas macroeconómicas inadequadas, implementação de programas de ajustamento estrutural, má governação e dívidas externas, conduziram o país a uma deterioração das condições de vida da população em geral e ao aumento galopante da pobreza extrema.

A “qualidade de vida em Angola é muito baixa” assim afirma Carvalho (2002, p.115). De acordo com os últimos resultados fornecidos pelo Inquérito de Bem-Estar à População (IBEP), 36,6 % da população angolana encontra-se a viver em condições de pobreza (INE, 2010), na qual 18,7% residente nas zonas urbanas e 58,3% nas zonas rurais (INE, 2010). Os dados do IBEP revelam igualmente um aumento da desigualdade entre os ricos e pobres: os 20% mais ricos arrecadam 59% das receitas e realizam 49% das despesas. Já os 20% mais pobres arrecadam apenas 3% das receitas e realizam 5% das despesas, isto é, o valor das despesas é superior ao valor do rendimento (INE, 2010).

Em relação ao setor da saúde, este é sobretudo caracterizado pela deficiência das infraestruturas, que se encontram completamente degradadas. A falta de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, como os analistas, terapeutas, fisioterapeutas, completa um quadro de saúde muito débil no qual os angolanos não depositam confiança.

Na educação, o rendimento auferido também se reflete no acesso à instrução. Quanto mais pobres são, menor o investimento feito na escola ou na atividade profissional, situação agravada pela fraca eficiência da oferta disponibilizada pelo Estado, que se resume em: (i) dificuldade das escolas em albergar um elevado número de alunos, sobretudo na capital; (ii) a falta de um corpo docente não só em quantidade como também em qualidade; e (iii) programas desadequados para o desenvolvimento das capacidades dos alunos.

O IBEP mostra que o ensino primário tem uma taxa de ocupação, por crianças entre os 12-17 anos, na ordem dos 58% (INE, 2010). Este fator representa um atraso para a própria criança, uma vez que na mesma sala, se encontram crianças com diferentes taxas etárias.

Durante os anos de guerra, particularmente os últimos anos (1992-2002), o investimento do Estado angolano no setor da educação viveu muitos constrangimentos. A classe etária mais jovem ainda hoje sofre os efeitos da guerra porque, apesar de esta já ter terminado e de residirem em Luanda há tempo suficiente, frequentam escolas em condições precárias.

Por outro lado, a gravidez precoce entre os jovens tem aumentado a taxa de abandono escolar, sobretudo em relação ao sexo feminino, por causa da vergonha da gravidez e posteriormente, porque têm que cuidar do bebé, acabando assim por abandonar a escola.

2.2.2 Estratégia de combate à pobreza

Em 2004, dois anos após o fim da guerra civil, o Governo Angolano elaborou a sua Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), cujo objetivo principal é o de estabelecer compromissos tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza até 2015. Este plano identifica os seguintes fatores como causas da pobreza em Angola: o conflito armado; a pressão demográfica; a destruição e degradação das infraestruturas económicas e sociais; o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social; a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais; a debilidade do quadro institucional; a desqualificação e desvalorização do capital humano; e a inferência das políticas macroeconómicas (MINPLAN, 2005).

O relatório da ECP identifica igualmente as áreas de intervenção prioritária, que são: a reinserção social; a desminagem; a segurança alimentar e desenvolvimento rural; o combate ao VIH/SIDA; a educação; a saúde; as infraestruturas básicas; o emprego e formação profissional; a boa governação; e a gestão macroeconómica adequada (MINPLAN, 2005). Este documento, atualizado em 2005, continua a ser o documento orientador para as principais áreas de intervenção.

Estima-se que Angola tenha 18,5 milhões de habitantes, dos quais 12,5 milhões de pobres a viver com 1,7 de dólares por dia, num quotidiano de serviços básicos, indicadores sociais direitos e liberdades diminuto. A pobreza no país, associada à vulnerabilidade estrutural das famílias, é demonstrada pela necessidade dos pobres urbanos em recorrer ao mercado paralelo para compra de medicamentos e bens de primeira necessidade. É essa

Angola, o país onde, afinal, está tudo por fazer, que os angolanos estão expectantes em relação às mudanças tão desejadas que tardam em acontecer.

Segundo o Circulo Angolano Intelectual (CAI, 2013/2014) seria importante implementar negócios, gerar empregos e fazer crescer a economia, pelo que “a concessão do crédito se não for muito burocrática pode valer a pena porque poderá realizar o sonho de milhares de famílias e que as instituições financeiras não pensem só nos juros e nos lucros.

Em Angola, a pobreza é uma das dimensões, talvez a mais visível, da exclusão social, país potencialmente rico, mas, em que a distribuição da riqueza produzida é ainda condicionada pelas assimetrias.

Os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza e exclusão social, normalmente são: os idosos, com recursos económicos insuficientes, solidão e desintegração social; camponeses com pouca rentabilidade ou quase nula da sua atividade tradicional; assalariados com fracas qualificações e baixas remunerações; desempregados com dificuldades de reinserção no mercado de trabalho por falta de qualificações, privados de qualquer fonte de rendimentos; deslocados de guerra e retornados com condições de vida precária, sujeitos a exclusão social e pobreza, exploração e trabalho precário; deficientes, mutilados, etc., completamente dependentes do apoio familiar e social, por isso com dificuldades de integração social; sem abrigo e meninos de rua, toxicodependentes ou em processos de reabilitação, frequentemente associados a problemas de alcoolismo, prostituição, rutura familiar, sem trabalho ou escola; trabalhadores do mercado informal, mais propensos à pobreza e exclusão social; mulheres sujeitas a discriminação a vários níveis, sujeitas a prostituição, alcoolismo, assédios de toda a espécie e formação de famílias monoparentais; jovens à procura do primeiro emprego, principalmente os com menos formação e qualificações profissionais, etc. (CAI, 2014).

A diversificação urgente da economia, com mais apoio às pequenas e médias empresas, aposta na agricultura principalmente nos produtos que mais importamos, apoio social real e mais eficaz as populações mais carenciadas, forte aposta na educação, formação de quadros, saúde, habitação social, saneamento básico e todo o desenvolvimento económico em que a componente principal seja a Humana, são essenciais para o desenvolvimento e crescimento económico do país.

Segundo o Ministério da Assistência e Reinserção Social, apenas 6% do grupo mais populacional de Angola, que são as crianças dos zero aos quatro anos (cerca de seis milhões), frequentam o ensino pré-escolar ministrado pelos infantários, daí a urgência da criação de um

número razoável de creches e infantários sociais, com pessoal qualificado em pedagogia infantil, pediatria e psicologia e pessoal auxiliar - dado o número elevado de famílias carenciadas, por sinal as que têm mais crianças -, e ao mesmo tempo da fiscalização do negócio das creches privadas que crescem como cogumelos e praticam preços exorbitantes e imorais.

A ignorância e a indiferença são um obstáculo intransponível para realizar qualquer tipo de ação que resulte eficaz no objetivo que nos propomos para erradicar a fome em Angola e acabar definitivamente com a miséria e a pobreza, que fazem questão de não nos abandonar no presente, e se não nos precavermos no futuro. Um pouco de conhecimento e preocupação dos cidadãos pode salvar milhares de crianças, mulheres e idosos, franja mais vulnerável da nossa sociedade, desta terrível tragédia, que é ter escassez de tudo. Necessita-se de justiça com urgência, de forma a pôr termo à pobreza e à exclusão social em Angola.

Para que este instrumento possa funcionar, são necessárias estratégias direcionadas para que a pobreza e exclusão social em Angola tenha um ponto de partida para o seu combate. Acreditamos que, com o desempenho de alguns setores chave da atividade económica, este quadro pode melhorar gradualmente.

Deste modo, os diversos setores de atividade económica têm um papel fundamental para a concretização dos objetivos traçados pelo Governo. O Governo angolano identificou algumas áreas de intervenção prioritária como Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) e exclusão social, nomeadamente:

1. No atual contexto de pós-guerra, a Reinserção Social dos desmobilizados, deslocados e refugiados é um objetivo estratégico de máxima prioridade para assegurar a consolidação da paz e da unidade nacional e para a promoção do desenvolvimento local. As intervenções no âmbito da ECP visam criar condições para a fixação das populações nas suas áreas de origem, ou em áreas determinadas como mais apropriadas, e promover a dinamização económica, social e cultural destes locais.
2. De forma a complementar, é essencial garantir a segurança e proteção do cidadão. A desativação das minas e outros engenhos explosivos que estão espalhados pelo território nacional é fundamental para permitir a total liberdade de circulação de pessoas e bens, em particular, no meio rural que foi mais

duramente afetado pelo conflito armado e que constitui um dos principais destinos das populações deslocadas.

3. A Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural são também aspetos do processo de Reinserção Social. A revitalização da economia rural ajudará a fixar a população no campo e conduzirá, progressivamente, a uma redução da dependência de produtos agrícolas provenientes do exterior. O setor rural é uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola, dado o seu potencial de criação de emprego e geração de rendimento no contexto familiar e a sua vital importância para a redução da dependência comercial e, consequentemente, da vulnerabilidade do mercado interno.
4. Num contexto de maior mobilidade de pessoas e bens e maior dinamismo económico, é fundamental prevenir a propagação do VIH/SIDA, que atinge proporções alarmantes nos países vizinhos. Será também necessário mitigar o impacto sobre os portadores de VIH/SIDA, proporcionando-lhes o acesso aos cuidados de saúde e nutrição necessários e a integração social.
5. A Educação constitui um dos elementos chave do desenvolvimento humano, aumentando as oportunidades do indivíduo em sociedade. A educação é também essencial para o crescimento económico, porque aumenta a quantidade e qualidade do capital humano disponível ao processo de produção. Os principais objetivos na área da educação incluem o alcance de toda a população à educação básica universal e a erradicação do analfabetismo, de forma a garantir que toda a população tenha oportunidades de desenvolver capacidades mínimas para combater a pobreza.
6. A Saúde da população é um elemento igualmente importante do desenvolvimento humano e constitui uma condição necessária, para o crescimento económico. De facto, para poder participar no processo produtivo, crescimento e beneficiar das oportunidades que advenham do crescimento económico o indivíduo precisa de gozar de boa saúde. Os principais objetivos da área da saúde são garantir a prestação dos serviços básicos de saúde, com qualidade necessária a toda a população, tendo como principais grupos alvos as mulheres e crianças. O prosseguimento dos esforços de prevenção e combate das

grandes endemias com maior expressão em Angola e da pandemia do VIH/SIDA serão vitais para garantir um futuro próspero do ponto de vista económico e social.

7. O desenvolvimento e as Infraestruturas básicas são fundamentais para assegurar condições básicas de habitabilidade a toda a população e criar condições de base ao processo de crescimento económico. A melhoria da rede de estradas permitirá melhorar o acesso a mercados, redução de custos, e facilitará a comunicação e mobilidade, em especial para as populações que vivem nas zonas rurais e dependem da agricultura. Em paralelo, a provisão de água, saneamento e energia são essenciais para o desenvolvimento do capital humano e para o aumento da produção nacional angolana. A construção de habitações sociais permitirá alojar e realojar famílias, que vivem em condições habitacionais precárias, no espaço urbano e rural, dando-lhes as condições para uma vida condigna.
8. O Emprego e Formação profissional jogam um papel essencial na diminuição dos índices de pobreza, dado que contribuem diretamente para o exercício de atividades geradoras de rendimento e para o sustento do indivíduo e da sua família, promovendo a valorização do capital humano que é o sustento de um crescimento económico sustentável.
9. A Qualidade da Governação das instituições do Estado é muito importante para garantir a provisão de serviços públicos para os mais carenciados e orientar o processo de desenvolvimento socioeconómico, garantindo a observância das normas e princípios fundamentais. O presente programa inclui políticas para promover a boa governação de várias formas, incluindo: o reforço da capacidade e eficiência do sistema judiciário, protegendo os direitos e liberdades dos cidadãos e impondo o cumprimento dos contratos; a reforma das instituições públicas para melhor responderem às necessidades da população, com a simplificação de procedimentos burocráticos; a descentralização e desconcentração da administração pública, para níveis próximos das comunidades; e a modernização dos processos de planeamento e gestão das finanças públicas.

10. A Gestão Macroeconómica constitui um importante complemento dos desenvolvimentos descritos anteriormente. Um clima macroeconómico estável é fundamental para garantir a confiança dos investidores e criar condições propícias para o aumento da atividade empresarial e, consequentemente, geração de emprego e aumento do rendimento da população. Os investidores convergem mais fluidamente para contextos económicos caracterizados por baixa inflação, estabilidade das taxas de juro e das taxas de câmbio, estruturas fiscais transparentes e incentivadoras das iniciativas privadas, gestão pública eficiente e sistemas judiciais defensores da livre iniciativa e da propriedade privada. Os esforços de estabilização já em curso são definitivamente acentuados, de modo a que as condições para o incremento da atividade económica se consolidem definitivamente e suportem um desenvolvimento económico e social sustentável.

O acompanhamento e monitoria da ECP serão efetuados essencialmente através dos programas económicos e sociais do Governo de Angola, com uma comunicação continua com o beneficiário das intervenções através de diagnósticos participativos. A avaliação do impacto económico, social e humano desta estratégia deverá ser feita através de estudos específicos e com base na informação estatística que está a ser produzida com regularidade e com crescente qualidade pelas Entidades competentes.

A ECP constitui o quadro de referência para a definição de estratégia e programas setoriais na fase de recuperação pós-conflito que Angola está a atravessar. As estratégias e programas setoriais deverão, por conseguinte, ser adaptados aos objetivos de reconstrução nacional, estabilização económica e de reforma estrutural da administração pública, com vista à redução da incidência e da profundidade da pobreza.

Contudo, a ECP é um instrumento indicativo que deve ser ajustado às condições específicas locais, sem que sejam contrariados os princípios e valores fundamentais a ela subjacentes.

Ao colocar ênfase sobre a resolução dos problemas mais urgentes (condições de partida), a ECP lança também as bases para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo, que cobrirá o período, de 2005 a 2009, e para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento estrutural de longo prazo, com um horizonte temporal que se estende até 2025.

É importante sublinhar que a ECP não se restringe ao documento que aqui se apresenta mas é, mais do que tudo, o processo que este mesmo documento desencadeia. Um processo que será instituído por consultas, diálogo, reflexões e aprendizagem contínua e pela consciência de que não existem soluções únicas e definitivas, mas que cada região terá que descobrir, agindo, o seu próximo percurso na direção da eliminação da pobreza e exclusão social e do desenvolvimento, para uma Angola melhor. Assim, consideramos fundamental que o Governo Angolano adote melhores políticas relativas ao combate e erradicação da pobreza, lutando contra a pobreza, de modo a devolver aos mais pobres os seus direitos. Para o efeito, torna-se necessário a elaboração de políticas sociais de apoio aos mais carenciados, para que possam sair da condição em que se encontram, e tenham uma visão mais otimista, de forma a contribuírem para o desenvolvimento do seu país. CAI, (2014).

Dez anos após o término da guerra civil, já se registam algumas melhorias nas condições sociais, conforme o levantamento do estudo de caso, que a seguir mencionaremos. No entanto, muito ainda há por fazer de modo a providenciar aos angolanos mais pobres, melhores oportunidade e melhores condições de vida.

2.3. O Conceito de Microcrédito

A mais remota informação sobre a origem do microcrédito teve lugar no sul da Alemanha em 1846. Tudo aconteceu quando, na sequência de um intenso inverno, os fazendeiros locais ficaram endividados e na dependência dos agiotas. No entanto, o pastor Raiffeinsen cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação da mesma, pudessem comercializar o pão a fim de obterem os fundos necessários, reembolsarem a dívida gerada e constituírem capital circulante para a sua atividade (Wikipedia, 2014).

Assim, com o passar do tempo, a associação do pão foi criada e posteriormente passou a ser uma cooperativa de crédito para os mais pobres. Logo, a iniciativa foi ganhando força e outros autores foram-na implementando, como aconteceu anos mais tarde, com o presidente de metalúrgica de Chicago Walter Krump, (1953), que criou o “Fundo de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário depositava um montante mensal de um dólar para atender aos associados mais necessitados. Constatou-se que, posteriormente, os fundos de ajuda foram consolidados e transformados no que foi chamado como a Liga de

Crédito da América, tendo destas iniciativas, surgido a atualmente designada Federação das Ligas de Crédito, que operam noutros países (Wikipedia, 2014).

O microcrédito é construído em redor, pelo e com o dinheiro, não tem no seu âmago, na sua raiz profunda, nada a ver com o dinheiro. Tem a ver com ajudar as pessoas a realizarem totalmente os seus potenciais. Não tem a ver com capital financeiro, mas com capital humano. O dinheiro é uma mera ferramenta de ajuda à realização dos sonhos, que ajuda as pessoas mais pobres e mais desafortunadas a ganhar dignidade, respeito e um sentido para as suas vidas, defende Yunus (2008).

Hoje em dia, o que se convencionou chamar de microcrédito é resultado da experiência ousada do professor de economia do Bangladesh, Muhammad Yunus, que no ano de 1970, colocou em funcionamento naquele país um banco privado que realizava pequenas operações de empréstimos a pessoas pobres.

O sistema de concessão de crédito é um dos mais importantes meios de intermediação praticados atualmente pelas Instituições Financeiras, porque através dele acorda-se entre as partes interessadas a utilização de um determinado montante, durante um período de tempo, acrescido de uma taxa de juro. A intertemporalidade subjacente neste tipo de transação provoca uma série de imperfeições no mercado de crédito, diferenciando-o dos modelos competitivos (Renversez, 1991).

O crédito tem a particularidade da contrapartida do mutuário só se efetivar em determinado momento futuro de tempo, uma vez que o credor não tem ou não possui informação perfeita se a contraparte cumprirá com a sua responsabilidade (Renversez, 1991).

No mercado de crédito continua a existir o problema de informações assimétricas entre as partes envolvidas na transação, uma vez que o tomador do empréstimo possui melhores condições de avaliar o risco inerente ao projeto financiado, além da sua disposição e capacidade de pagamentos, do que o credor.

Na literatura económica, os problemas causados pela assimetria de informação no mercado de crédito, contemplam aqueles decorrentes da seleção adversa, consistindo justamente, no efeito que a assimetria de informação tem na escolha do agente. Isto é, dada a incapacidade de o contratante separar por exemplo joio do trigo (por falta de conhecimento), os bons (fornecedores, contratados, segurados) tendem a afastar-se do mercado em que a assimetria de informação é crítica, com o objetivo de não serem contaminados pelos problemas (má qualidade/reputação, baixos salários, elevadas mensalidades) que afetam

determinado mercado. Por outro lado o risco moral, decorre de comportamento ex post, ou seja, assumido por indivíduo segurado que toma atitude de risco por saber-se coberto. A assimetria é ex post porque, no momento em que assume o risco, ele já é segurado. Mais, decorre, também, do fato de que, independentemente de o agente ter estado fora do grupo de risco anteriormente à contratação, a condição de segurado costuma elevar a sua propensão ao risco - o qual, por sua vez, está diluído entre todos os segurados.

As pequenas empresas têm de ter acesso ao crédito para expandir o seu negócio e exercer pressão competitiva nas firmas estabelecidas. A existência do crédito facilita a introdução de novas tecnologias e de novas formas de fazer negócios, contribuindo, assim, para que os incentivos de eficiência continuem sólidos e os mecanismos de preço funcionem eficazmente (Abreu, 2005).

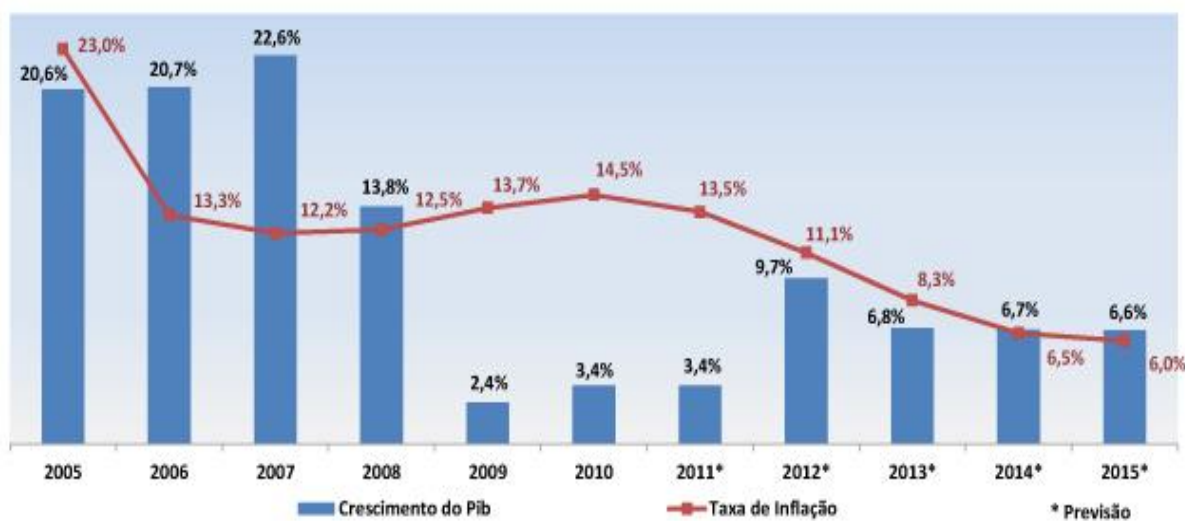
O sistema financeiro tem como principal objetivo ceder recursos de forma eficiente entre os agentes económicos, aforradores e investidores, num horizonte temporal que varia de acordo com as necessidades e disponibilidades das partes envolvidas. No domínio microeconómico, satisfaz necessidades presentes e futuras, realocando intemporalmente o rendimento dos agentes superficiários e deficitários, a fim de otimizar o bem-estar dos indivíduos e o desempenho económico dos agentes económicos. Já no cenário macroeconómico, a sistematização dos fluxos de recursos viabiliza investimentos na produção, intervindo para a elevação do rendimento e da capacidade produtiva de cada economia, Banco Mundial (2013).

Deste modo, o artigo 6º das atividades das Instituições Financeiras não bancárias, só pode efetuar as operações permitidas pelas normas legais e regulamentares que regem a respetiva atividade. Compete ao Banco Nacional de Angola regular o exercício da atividade das instituições financeiras não bancárias enunciadas no número 1 do artigo. 5º.

Contudo, a incerteza continuada da economia global continua a ser o maior risco para o crescimento projetado de Angola. A forte dependência do país das exportações de petróleo deixa a sua economia altamente sensível às tendências económicas globais e as alterações dos preços do petróleo têm um impacto imediato e profundo nas contas externas e orçamentais. A Figura 1 representa a evolução da economia monetária e financeira de Angola que mostra a forte dependência do preço do petróleo, que caiu acentuadamente em 2009 e ainda não recuperou, refletindo-se no crescimento do PIB e na taxa de inflação (CAI, 2013).

A figura abaixo, serve-nos apenas como referência, visto que houve crescimento do PIB, no período pós guerra, querendo com isso dizer que o quadro da população a viver em situação de pobreza e exclusão social deveria ser diferente nos dias que correm, o que não é.

Figura 1 – Representação gráfica da Evolução da Economia Monetária e Financeira de Angola



Fonte: Deutsche Bank (2013) – Alerta para desregulação do mercado angolano.

Dada a rápida taxa de crescimento da economia angolana e tendo em conta as distorções do mercado que as empresas fora do setor dos recursos já enfrentam, o aumento da oferta de crédito e a melhoria da eficiência da sua distribuição iriam ajudar a apoiar os objetivos de médio prazo do Governo, em matéria de crescimento do emprego, diversificação económica e redução sustentável da pobreza (Wikipedia, 2014).

Por outro lado, as empresas de maior dimensão têm maior probabilidade de ter ativos valiosos para usar como garantia e, geralmente, têm maiores recursos internos para financiar investimento, o que reduz a sua dependência do sistema financeiro. Em Angola, a dimensão da empresa é medida pelo número total de empregados, o que denota uma forte correlação negativa com os constrangimentos de crédito; as empresas com menos de 50 empregados deparam-se com sérios entraves no acesso ao crédito, enquanto os constrangimentos de crédito se tornam insignificantes para as empresas com mais de 100 funcionários, segundo o Banco Mundial (2010).

Por conseguinte, os constrangimentos de crédito são um entrave incontornável para as empresas pequenas, o que se deve a um número de factos associados.

O crédito ganhou impacto histórico no mundo moderno com a iniciativa e visão do Nobel da Paz, Mohammed Yunus, com o simples gesto de constituir financiamento a 42 pessoas, no valor de 27 dólares retirados do seu próprio bolso em 1976. Desde então, tem sido aplaudido por muitos, como o pai do microcrédito, devido aos princípios adotados, que constituíram uma tremenda bomba de expansão deste mercado no mundo.

No entanto, os microcrédito podem ser definidos, segundo no artigo publicado pela Microcredit Summit Campaign em 2010 como “programs extending small loans, and other financial services such as saving, to very poor people for self-employment projects that generate income, allowing them to care for themselves and their families.”

Yunus (2011), numa forma mais abrangente, propôs uma classificação de microcrédito, englobando algumas categorias diferentes, que são:

- ✓ Formas tradicionais de microcrédito informal (agiotas, casas de penhoras, empréstimos a particulares, etc.);
- ✓ Microcrédito baseado em grupos informais tradicionais e microcrédito para atividades específicas efetuadas por intermédio dos bancos convencionais ou especializados;
- ✓ Bancos especializados em crédito agrícola;
- ✓ Microcrédito cooperativo;
- ✓ Microcrédito para consumo;
- ✓ Microcrédito baseado em parcerias (Bancos e ONG);
- ✓ Microcrédito tipo Grameen;
- ✓ Outros tipos de microcrédito de desenvolvidos por ONG;
- ✓ Outros tipos de microcrédito desenvolvido por outras entidades e sem exigência de garantias reais.

Yunus admite que esta classificação é uma tentativa inicial, sendo apenas uma forma de demonstrar a diversidade de programas e atores envolvidos, havendo necessidade de clarificar estas diferenças para que o debate em torno destas questões faça algum sentido.

Assim, o microcrédito é uma alternativa de crédito para os empreendedores do setor formal e informal, que não têm acesso ao sistema formal do crédito (sistema bancário tradicional) e desejam montar, aplicar ou melhorar o seu negócio.

O microcrédito é ainda um empréstimo de pequeno montante, mas é sobretudo, um processo de inserção (inclusão) na vida ativa de muitos dos que, querendo trabalhar, querendo ter o seu próprio negócio, tendo capacidades e competências, são excluídos do mercado do trabalho e da produção porque não possuem bens que possam oferecer como garantia real do pagamento das prestações do empréstimo que necessitam para financiar o lançamento do negócio. Por outro lado, para o setor do microcrédito, seria necessário um crescimento mais acelerado para que pudesse suprir a real demanda por crédito, porque um dos fatores limitantes ao crescimento é a dificuldade de captação de recursos financeiros no mercado (Texeira, Silva & Texeira, 2010).

Na realidade, a atuação das instituições de microcrédito deve ter regulamentações mais específicas e eficazes, que possibilitem aos agentes envolvidos condições de obter recursos e que esses se destinem ao seu principal objetivo. Estas regulamentações devem preservar, indiscutivelmente, o caráter social desses recursos, além de reprimir o círculo vicioso das instituições financeiras, na obtenção de maiores lucros, provenientes de práticas especulativas no mercado financeiro (Texeira, Silva & Texeira, 2010).

2.4. O Microcrédito como Instrumento para a Erradicação da Pobreza e Exclusão Social.

A erradicação da pobreza é o mote para o desenvolvimento do microcrédito, que desde a sua génese se constitui como instrumento de combate à pobreza (Yunus, 2008).

Diz Yunus (2008, p.73), “assistindo ao fracasso das instituições existentes para tirar o terrível peso da privação dos ombros dos pobres, senti-me movido à semelhança de muitas outras pessoas, a procurar uma resposta mais adequada.”

O microcrédito tem sido um instrumento de intervenção direta do Banco Mundial (BM), um papel que adquire muitas vezes uma função de compensação das medidas de reajustamento estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esta instituição tem realizado incontáveis ações para convencer os diversos líderes mundiais sobre a importância da remoção das principais fontes de privação da liberdade, nomeadamente: a pobreza e a tirania, a carência de oportunidades económicas, a destituição

social e sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Nesse sentido, o Banco Mundial, dedicou-se ao microcrédito por este ser um mecanismo de financiamento do empreendedorismo para os excluídos. Um instrumento de «ataque à pobreza», que também dá lucro, pois a taxa de inadimplência (taxa de não pagamento até à data de vencimento de um compromisso financeiro com outrem) é baixíssima, compensando as taxas de juros diferenciadas. Os créditos são garantidos por um seguro, mas a razão apontada para a baixa inadimplência é o sistema criado para a concessão do crédito. Trata-se de um crédito solidário, cujos tomadores de empréstimo são geralmente pessoas muito pobres, que pedem valores entre os 50 USD (dólares americanos) e os 500 USD, e que só podem efetuar o negócio com o aval de um grupo de fiadores, sendo os financiamentos concedidos a grupos solidários de cinco pessoas, que se tornam automaticamente acionistas do banco. (Banco Mundial, 2013).

Entretanto, o desempenho social é a tradução efetiva da missão social da instituição na prática. O valor social de uma instituição de microfinanças diz respeito à maneira como os serviços financeiros que oferece melhoram as condições de vida dos clientes pobres e excluídos das suas famílias e ampliam o leque de oportunidades para as comunidades (Psico, 2007).

No seu trabalho, Psico (2007) o desempenho social das instituições do microcrédito como novo instrumento da estratégia de erradicação da pobreza em Moçambique, o autor argumenta que, para criar este valor, a instituição de microfinanças deve traçar objetivos sociais que:

1. Sirvam um número crescente de pessoas pobres e excluídos de uma forma continuada e sustentável, tanto pela abrangência, quanto pela profundidade de alcance;
2. Melhorem a qualidade e adequação dos produtos e serviços financeiros disponíveis para os clientes alvo, através de uma avaliação sistemática das suas necessidades específicas;
3. Criem benefícios para os seus clientes e suas famílias, reforcem o capital e os laços sociais das comunidades a que servem, criem ativos, reduzam a vulnerabilidade, aumentem os rendimentos e o acesso aos serviços e que satisfaçam as necessidades básicas dos clientes e da comunidade onde operam;

4. Melhorem a responsabilidade social da instituição de microfinanças com relação aos seus empregados e a comunidade que dela se serve.

Deste modo, o desempenho social, não é apenas a mensuração destes objetivos e resultados, mas é também o conjunto de ações e medidas corretivas tomadas pela instituição de microfinanças para gerar estes resultados. O desempenho social não focaliza apenas o impacto final. O objetivo é determinar se a instituição de microfinanças dispõe de meios próprios para alcançar as suas metas sociais, através da monitorização progressiva e compreender como usar a informação que possui para melhorar as suas operações (Psico, 2007).

Acerca da exclusão social, este é um conceito desenvolvido originalmente em França mas que rapidamente ganhou expressão noutros países e instituições europeias. O conceito é apresentado como sendo mais abrangente e integra «todos» os problemas sociais sensíveis nas sociedades modernas, entre eles o desemprego, discriminação, isolamento, privação material e pobreza. Não é, no entanto, clara a forma como estes critérios se inter-relacionam entre si e com outros critérios como sexo e etnicidade. Apresentar a exclusão social como um processo multidimensional e cumulativo não esclarece como vários critérios contribuem e se relacionam (Woodward, & Kohli, 2001).

Pela sua origem e características, o microcrédito teve um alcance e um efeito muito significativo nos países em vias de desenvolvimento (PVD), sobretudo na Ásia, onde a grande maioria da população vive em extrema pobreza, sem sistema de segurança social ou de acesso a cuidados de saúde apropriados, nem a serviços financeiros básicos. Ao aperceber-se que o microcrédito seria um instrumento de grande potencial à luta contra a pobreza e exclusão social dos mais pobres através da via económica, rapidamente a ideia se expandiu por todo o mundo, nomeadamente nos EUA. Aliás, este país, em apenas três anos após a «invenção» do microcrédito bancário tradicional começou a beneficiar de pequenos empréstimos (Amaro, 2003).

Autores apontam a existência de outros programas e instituições desde o surgimento da ideia de Yunus, com a criação do Grameen Bank, que terão também contribuído para a evolução e disseminação do microcrédito, como alternativa ao combate à precariedade verificada nesta época, como por exemplo: ACCION Internacional, FINCA Internacional na Bolívia, Bank Rakyat, Indonésia e Agha no Paquistão, programas de desenvolvimentos. Os autores Von Pischke e Mouduch apontam como antecessores do microcrédito, nos países em

desenvolvimento, os programas de crédito de apoio às pequenas explorações agrícolas naquela altura.

A criação de algumas destas “instituições financeiras de desenvolvimento” que assumiram diferentes formas, nomeadamente bancos rurais privados, cooperativas e bancos especializados de desenvolvimento, teve início nos anos de 1930 (Gutiérrez, 2006).

Os serviços financeiros disponíveis na altura, relativamente à abertura de linhas de crédito bonificados, normalmente eram subsidiadas pelos governos e doadores internacionais e tinham como destino os pequenos agricultores que se deparavam com muitas dificuldades em conseguir um crédito razoável e adequado para fazer face às suas necessidades, estando sujeitos a elevadas taxas de juros cobradas pelos famosos agiotas. Entretanto, estes programas não duraram muito tempo, na medida em que a dependência de fundos incertos e a elevada taxa de incumprimento dos empréstimos, cujo reembolso era definido com base nas expectativas de retorno dos investidores (que eram, muitas vezes sobrestimadas), tornaram a situação insustentável para as instituições credoras.

Na opinião de Gutiérrez (2006), acresce a reduzida dimensão das operações que não justifica os custos operacionais associados. A implementação do programa do professor Yunus, mais concretamente o Grameen Bank, mostrou ser bastante eficiente, na medida em que tanto as populações pobres poderiam beneficiar do acesso ao crédito, como as instituições não teriam perdas significativas com estes empréstimos (pelo contrário, as taxas de retornos alcançadas pela instituição, em média, são altas).

Podemos constatar que o sucesso do programa de Yunus se deveu ao facto de ter sido aplicado em pequenos grupos, que deviam cumprir determinados requisitos.

Por outro lado, empréstimos em grupo têm subjacente uma forma de pressão moral, que estimula os elementos do mesmo a cumprirem com o pagamento das prestações previstas, porque o incumprimento põe em causa a possibilidade de futuros empréstimos para todos os elementos, que podem ser chamados a pagar pelo elemento em falta (por meio de uma poupança obrigatória do grupo). Esta metodologia tem aspetos positivos consideráveis no que se refere à transparência do processo, mas impõe ameaça de humilhação pública em caso de incumprimento.

Esse grupo, que faz parte de um grupo maior, garante o empréstimo como um todo. Assim, se um dentro do grupo não pagar, os demais são responsáveis pelo pagamento, e assim por diante. O sucesso deste sistema tem atraído a atenção mundial e até os bancos comerciais

de peso internacional começam a interessar-se pela ideia. O facto é que o fruto do trabalho que teve início no Bangladesh serve hoje de espelho para muitas ações mundiais de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento (Amaro, 2003).

Verifica-se também que o sistema financeiro pode expandir oportunidades e reduzir riscos. Exemplo disso está nas economias da Ásia Oriental, mostrando como o uso das poupanças nacionais, em investimentos para aumento da produtividade, pode favorecer um rápido crescimento ao longo de uma geração. A inovação na área das microfinanças na Ásia e na América Latina ajudaram os agregados familiares de baixo rendimento a gerirem os riscos através de poupanças. Estas inovações fortaleceram os microempresários, facilitando o primeiro passo rumo à prosperidade e à melhoria dos padrões de vida nas zonas onde operam. As inovações tecnológicas, para facilitar transferências, e as zonas técnicas de seguro também desempenharam um papel importante na melhoria do bem-estar (Patrick & Thorsten, 2007).

Contudo, através de pequenos empréstimos, muitas vezes consideradas quantias insignificantes aos nossos olhos, o microcrédito mudou para melhor a vida de muitos milhões de famílias pobres na Ásia, África e América Latina. O reconhecimento deste papel inovador e vanguardista na luta contra a pobreza e a exclusão social, que lhe é sempre associada, aconteceu a vários níveis e em momentos diferentes: em 1997 realizou-se em Washington a Primeira Cimeira Mundial do Microcrédito com a presença do Presidente na altura, Bill Clinton, e o patrocínio da sua esposa, Hillary Clinton; em 2005 com a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Muhammad Yunus e ao seu Grameen Bank, chegado em 2006.

A Figura seguinte (Figura 2) enumera as vantagens do microcrédito, quer em termos sociais quer de políticas sociais, no caso concreto do desenvolvimento de África.

Figura 2 - Vantagens do microcrédito – Papel de microcrédito no desenvolvimento de África

Vantagens do Microcrédito	
SOCIAL	POLITICAS EMPREENDEDORAS
Promove a iniciativa comercial	Cria novas empresas
Promove a mentalidade da verdade, compromisso e responsabilidade	Cria novos Negócios
Promove a diminuição da taxa de desemprego e exclusão social	Cria novos empregos
Promove uma boa imagem dos bancos	Cria a sustentabilidade e prosperidade das populações desfavorecidas
Promove a formação qualificante dos beneficiários	Cria a produtividade, inovação nos respectivos sector a investir
Promove estratégias e medidas alternativas para as pessoas desempregadas, inactivas e reformadas	Cria a competitividade e crescimento da economia local e nacional

Fonte: Angola In (2009) – Microcrédito ao serviço da Paz.

Importa também referir que os governos têm o dever de proporcionar um ambiente de políticas favoráveis para o alcance do sucesso no que toca às políticas sociais. Verifica-se que, atualmente, os académicos reconhecem que uma política de apoio ao desenvolvimento do setor financeiro constitui uma componente chave da política de desenvolvimento nacional. Os sistemas financeiros fortes são desenvolvidos com base na boa governação, certamente praticada pelos intermediários e seus reguladores. Adicionalmente, porque todas as empresas e agências do governo fazem negócio com o setor financeiro, as melhorias nesta dimensão deste setor têm um efeito expansivo sobre a qualidade de gestão dos negócios e dos setores do governo no geral (Patrick & Thorsten, 2007).

Ainda sobre as instituições de microfinanças, muitas delas estão envolvidas numa estratégia ativa de promoção dos seus objetivos sociais e admitem a hipótese de que, a longo prazo, o desempenho social das instituições de microfinanças reforce a sua sustentabilidade. É claro, que esta estratégia implica, a curto prazo, custos específicos para as instituições de microfinanças, tais como a formação dos clientes, formação de ativistas de grupos e de obtenção de informação, tomando em consideração os laços sociais e os valores locais (Psico, 2007).

A transparência, a troca de informação e o conhecimento recíproco vão criar a confiança, reforçar as relações a longo prazo, permitir a partilha de normas e de valores e assim tornar fiéis os clientes e favorecer os reembolsos. A formação e a participação dos clientes podem também aumentar a produtividade dos agentes e limitar os custos de transação para a instituição, reduzindo o custo do acompanhamento e do controlo sobre as transações financeiras.

O microcrédito é utilizado como instrumento quando é trabalhado com uma população que o sistema económico não consegue inserir, já que não é fácil encontrarem empregadores que valorizem as suas capacidades, mesmo se treinadas e desenvolvidas através da formação profissional. Isto não significa que a comunidade onde residem não necessite do produto do seu trabalho. O microcrédito existe precisamente para as pessoas que imaginam um pequeno negócio adaptado aos seus conhecimentos e saber-fazer, através do qual possam melhorar o seu rendimento familiar e buscar a inserção económica e social que lhes permita romper com a sua situação de exclusão.

Como é um sistema estruturado alternativo ao sistema de crédito tradicional, o microcrédito visa essencialmente um objeto social, a erradicação da pobreza e a inclusão plena de grande parte da população excluída ou em risco de o ser, por via da sua reabilitação económica.

Na visão de Friedman (1996), o acompanhamento é uma das características metodológicas do microcrédito, é também uma forma de garantia, na medida em que diminui o risco. Para além disto, outros aspetos positivos inovadores e não menos importantes vêm por arrastamento, tais como:

- ✓ O ganhar confiança e aumento da autoestima dos beneficiários;
- ✓ A responsabilização destas pessoas pelo compromisso de pagar o empréstimo (capital e juros) a tempo e horas durante a sua vigência;
- ✓ O reforço da cultura de empreendedorismo nas comunidades;
- ✓ O *empowerment* das mulheres e a sua maior participação na economia e noutras áreas da sociedade;
- ✓ A pedagogia do desenvolvimento, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, em que alguns dos requisitos exigidos se prendem com a

obrigatoriedade de os filhos frequentar a escola ou o uso de água potável, por exemplo.

No entanto, importa ter presente qual o papel principal do microcrédito e o seu papel acessório e complementar de outros instrumentos da rede da proteção social. O microcrédito não é um instrumento de combate ao desemprego massivo. O seu papel é incluir socialmente, através do apoio à iniciativa económica, proporcionando pequenos empréstimos aos promotores e acompanhando o negócio durante a vigência do empréstimo.

Por outras palavras, o objetivo do microcrédito é criar pelo menos um posto de trabalho por cada empréstimo, embora possa ser acrescentado mais um posto de trabalho, normalmente um membro do agregado familiar. Deste modo, combina a luta contra a exclusão económica e social - que exige acompanhamento muito especializado e custos elevados - e a quantidade de empréstimos concedidos, ou seja, os postos de trabalho criados.

Por isso, os meros indicadores quantitativos (como o número de empréstimos concedidos ou postos de trabalho criados) revelam-se insuficientes enquanto medidas de desempenho e, por conseguinte, devem ser conjugados com outros indicadores mais qualitativos e de índole social. Salienta-se ainda o facto de os custos da exclusão social, a longo prazo, serem bastante elevados para as sociedades ao ponto de se tornarem insustentáveis. Uma sociedade que continua a gerar exclusão é uma sociedade sem futuro (PNUD – Angola, 2009).

Associada à exclusão social vem a pobreza, pelo que é importante compreender a relação entre a pobreza e a fome, abordada por Amartya Sen ao longo do seu trabalho, enquanto colaborador das Nações Unidas, em 1992.

O autor introduziu, assim, as noções de capacidades e direitos, relacionou-as entre si e concluiu que as relações de propriedade são uma espécie de relações de concessão de direitos, porque numa sociedade de economia de propriedade privada, um individuo possui uma série de direitos, dos quais destacou quatro: direito de troca (em relação àquilo que dispõe); direito de produção (usufruir daquilo que produz); direito ao próprio trabalho (utilização da sua própria força e daquilo que produz com o mesmo); e direito à herança e transmissão (daquilo que for deixado por um antepassado seu, desde que depois o torne produtivo).

Deste modo, uma pessoa estará exposta à carência alimentar se, para a propriedade que realmente tiver, o conjunto de direitos de troca não contiver qualquer lote viável,

incluindo suficientes alimentos, traduzindo-se na sua incapacidade de adquirir direitos a alimentos suficientes (Sen, 1999).

A pobreza e a exclusão social condicionam igualmente o acesso dos pobres às bases do poder social. Friedmann (1996, p.75) define a pobreza como uma “condição de *disempowerment* sistemático pela qual condições estruturais implícitas mantêm pobres os pobres e confinam o seu acesso ao poder social ao nível de sobrevivência diária”. Segundo o autor, é através do acesso às bases do poder social que os pobres ganham algum poder na sociedade e apresenta oito bases do poder social: espaço de vida defensável, tempo excedente, conhecimento e técnicas, informação adequada (informação que suporta a luta familiar pela subsistência), organização social (igrejas, clubes desportivos, grupos de discussão), redes sociais, instrumentos de trabalho e condições de vida (ferramenta da produção doméstica), recursos financeiros (Friedmann, 1996).

Em suma, os objetivos sociais de uma instituição de microfinanças podem igualmente ter consequências positivas nos clientes e na comunidade, tais como: a abrangência de uma população excluída, o reforço do capital social dos beneficiários através da criação e do reforço dos laços comunitários, o reforço das capacidades individuais e aquilo que os anglo-saxónicos qualificam de “*empowerment*” e que corresponde ao ganho de confiança em si próprio, à tomada de novas responsabilidades, ao reconhecimento pela comunidade, etc. (Psico, 2007).

Psico (2007), no estudo realizado em Moçambique, não encontrou o desejado desempenho social das instituições de microcrédito e como tal não conseguiu confirmar a tese do microcrédito ser um instrumento para erradicação da pobreza. Em conformidade, é legítimo questionar se o microcrédito pode contribuir efectivamente para erradicar a pobreza e a exclusão social em Angola.

Capítulo 3. Estudo de Caso

3.1 Procedimentos da coleta de dados e sua interpretação

Com vista ao tratamento da questão de investigação, recolheu-se informação sobre a KixiCrédito, a sua atividade e, principalmente, sobre a caracterização dos seus clientes e efeitos do microcrédito.

A informação para a caracterização da KixiCrédito foi obtida na sede, em Luanda, através do *website* da empresa.

A informação associada aos clientes na KixiCrédito foi obtida através de um questionário elaborado por nós, com o objetivo de recolher informações para a investigação.

Para a elaboração do questionário, tivemos em conta questões diretas e básicas, tais como: a idade, número do agregado familiar, características do negócio, localização da atividade, condições de crédito e número de vezes que receberam o mesmo, montante solicitado, e qual o impacto no lar depois de ter tido acesso ao crédito, etc.. Consideramos que estas questões nos levarão a entender se os pequenos créditos que os clientes da KixiCredito tiveram acesso, contribuíram na melhoria das suas vidas quotidianas e se através dos seus pequenos negócios foi difícil cumprir os prazos de pagamentos do valor acordado inicialmente.

Todas as respostas dos inquiridos foram registadas numa planilha eletrónica do aplicativo Excel do Microsoft Office. Em seguida, iniciaram-se as análises de cada variável do instrumento utilizado, com vista a responder à questão principal do presente trabalho.

A amostra incluiu 120 inquiridos residentes na cidade de Luanda, nos vários municípios existentes, tendo sido assegurado o seu anonimato, uma vez que o objetivo desta pesquisa é exclusivamente para fins académicos. Os dados foram tratados confidencialmente e o respetivo questionário será apresentado em apêndice (Apêndice I).

3.2 Caracterização da Instituição de Microfinanças - KixiCrédito S.A - Angola

A Instituição Microfinanceira KIXICRÉDITO, com Direito Angolano, iniciou o seu processo em Novembro de 2004. Atualmente, tem mais de 15 filiais, presentes em 14 províncias, das 18 que constituem Angola, e conta com mais de 200 colaboradores. (Website Kixicredito, 2014).

O KixiCrédito é uma associação de microcrédito criada ao abrigo da Lei nº 13/05 das Instituições Financeiras e registada pelo Banco Nacional de Angola, com o objetivo de aliviar a pobreza, através de pequenos empréstimos aos grupos e indivíduos que residem nas zonas peri-urbanas. (BNA, 2014).

O Kixicrédito tem por missão melhorar o nível de vida da população pobre economicamente ativa. A sua visão passa por contribuir para o alívio da pobreza através da promoção da solidariedade de liderança e de poupanças das microempresas, de maneira a transformar a vida dos seus clientes, das famílias e das comunidades de uma forma sustentável.

A Instituição tem como objetivo social conceder pequenos montantes a famílias com microprojetos.

Tem com principais parceiros credores: USAID- from the american people, BNA, MAPESS – Website do Ministério, Mix Market, Departament for Internacional Development, Standard Bank, etc. A atual carteira de negócio situa-se em mais 13 Milhões de USD, com uma taxa de retorno a cobrir os 95% e um risco a rondar os 7%, com um total de clientes de 15000, dos quais 9500 são mulheres (Website Kixicredito, 2014).

Para os seus clientes, (produtos existentes actualmente nesta instituição) estão disponíveis os seguintes serviços e produtos:

- **KixiCasa** - denominado “microfinanças para a Construção de Habitação”, foi criado para apoiar as pessoas que tenham uma pequena actividade económica e a trabalhadores assalariados com baixos rendimentos. Tendo um montante do empréstimo- Mínimo: AOA 200.000,00 (Duzentos mil kwanzas) e Máximo: AOA 1.000.000,00 (Um milhão de kwanzas), com prazo de reembolso de 36 meses, com idade entre os 18 aos 60, cidadão nacional ou estrangeiro residente em Angola.
- **KixiNegócio**: “microfinanças para Desenvolvimento de Negócios”, concebido para ajudar no crescimento das iniciativas e fomento do autoemprego. Para beneficiar do mesmo, é necessário que vivas mais de 1 (um) ano na residência actual, o valor de empréstimo é de valor mínimo de AOA 500.000,00 (Quinhentos mil kwanzas), pagando em 12 meses.
- **KixiSolidário**: “microfinanças para Grupos Solidários”, serve para ajudar o fortalecimento económico e equilíbrio das famílias pobres. Para ter acesso, os

interessados deverão formar um grupo de 6 a 15 membros que vivam na mesma área de residência e possuam uma pequena actividade. O valor mínimo é de 10.000 (Dez mil kwanzas), com prazo de reembolso de 6 meses.

Tem como principais serviços: Poupança ou Fundo de Garantias, Formação e Assistência Técnica. Para a adesão a estes produtos, os candidatos devem reunir como critérios: possuir um negócio próprio, idade acima dos 18 anos, experiência no negócio acima de um ano, viver na comunidade há pelo menos um ano e, por último, vender no mercado ou à porta de casa.

Portanto, para a elaboração prática desta pesquisa, trabalhamos com os técnicos de campo desta instituição, que lidam diretamente com diversas comunidades ou grupos que existem para o efeito. O preenchimento dos questionários foi realizado pelos grupos ou comunidades que são considerados clientes desta instituição.

Visto que esta Instituição oferece os serviços que o presente trabalho pretende explorar, foi para nós um prazer trabalhar com esta equipa, porque de certo modo, passamos a conhecer melhor a funcionalidade destes serviços-produtos microcrédito-microfinança e qual o seu impacto na vida de quem tanto procura melhorar o seu estilo de vida, mesmo quando aos nossos olhos não vimos mudanças.

3.3 Resultados e Discussões

“Não sou pobre, tenho a minha casa e tenho saúde. Pobre é o morto. Essa é a nossa vida, de sofrimento, mas não me considero pobre porque tenho saúde” (cliente da kixicredito, 2013).

A seguir são apresentados os dados referentes às questões colocadas aos inquiridos

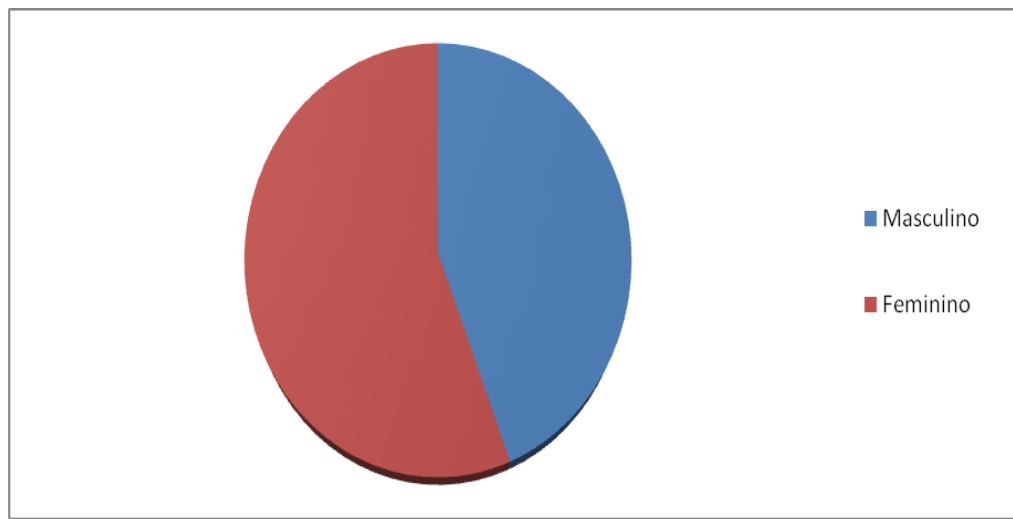
3.3.1 Identificação dos inquiridos por género, idade e habilitações literárias

Tabela 2 - Género dos Inquiridos

Descrição	Frequência	%
Masculino	45	44
Feminino	57	56
TOTAL	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 3 - Género dos Inquiridos



Fonte: Elaboração Própria

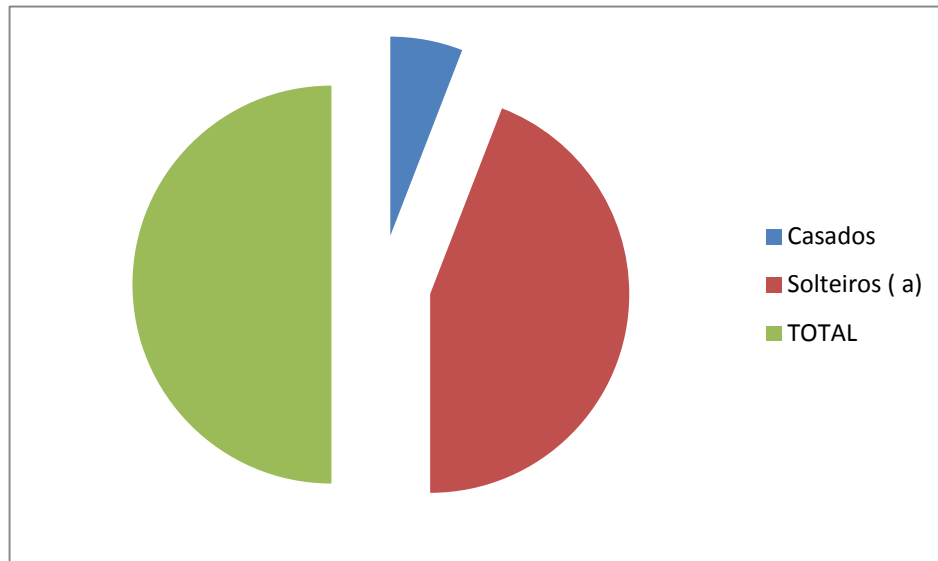
O total da amostra que compõe o presente trabalho é de 102 pessoas, de ambos os sexos. Desde já podemos constatar, que as mulheres ocupam a maior percentagem de pedidos de microcrédito, com 56%.

Tabela 3 – Estado civil dos Inquiridos

Descrição	Frequência	%
Solteiros	90	88
Casado	12	12
TOTAL	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 4 - Estado Civil



Fonte: Elaboração Própria

Através da Figura 4, podemos concluir que o sexo feminino tem maior aderência, face ao sexo masculino, às instituições que concedem microcréditos e na sua maioria têm o estado civil de solteiros (as). O quadrante verde, corresponde ao total de casados e solteiros.

O fato de ter maior aderência dos solteiros, tem a ver com questões cultural em Angola, ou seja, muitos dos angolanos vivem maritalmente, pelo casamento tradicional existente (o chamado “ alambamento”), não variando assim o estado civil da pessoa nos termos legais administrativos, mais tem um peso considerável em Angola pela população.

Os inquiridos são todos de nacionalidade angolana, oriundas das diversas províncias que constituí o país. Entretanto, deixaram as suas províncias de origem e habitam hoje na capital, em busca de melhores oportunidades sociais e económicas.

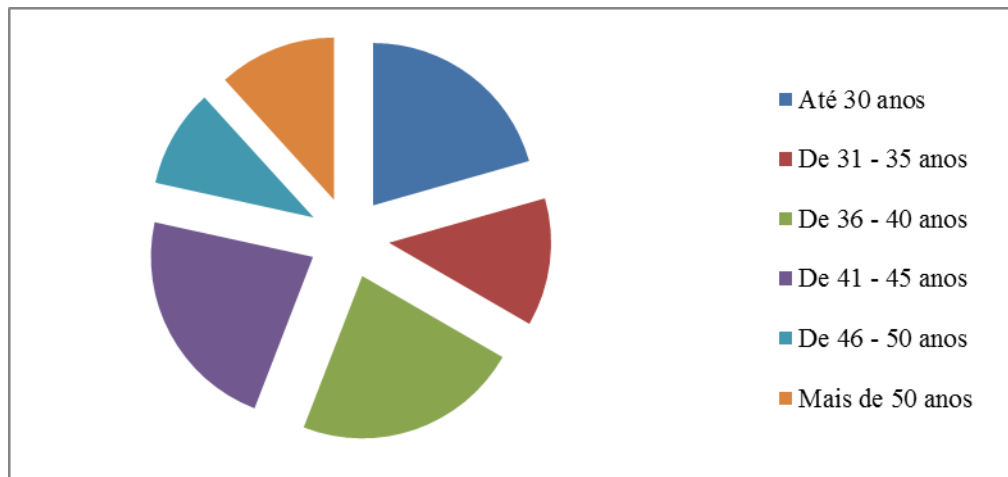
Tabela 4 – Idade dos inquiridos (ambos os géneros)

Anos de Idade	Frequência	%
Até 30 anos	21	21
De 31 – 35 anos	13	13
De 36 – 40 anos	23	23
De 41 – 45 anos	23	23
De 46 – 50 anos	10	10

Mais de 50 anos	12	12
TOTAL	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 5 - Idade dos Inquiridos



Fonte: Elaboração Própria

A figura acima (Figura 5) demonstra que, para ambos os sexos, as faixas etárias de maior adesão aos produtos de microcrédito são até aos 30 anos, dos 36 aos 40 anos e dos 41 aos 45 anos, verificando-se uma procura moderada dos 31 aos 35 anos e dos 46 até aos 73 anos de idade.

Tabela 5 – Nível de Escolaridade

Descrição	Completo	Incompleto	Frequência
1ª à 4ª Classe	10		10
5ª à 6ª Classe	27	8	35
Secundário	32	11	43
Ensino Superior	6	8	14
Total	75	27	102

Fonte: Elaboração Própria

Figura 6 - Nível de Escolaridade



Fonte: Elaboração Própria.

Dos 102 inquiridos, 75 pessoas terminaram o nível de escolaridade, que vai desde a 1ª classe até ao ensino superior e 27 não concluíram.

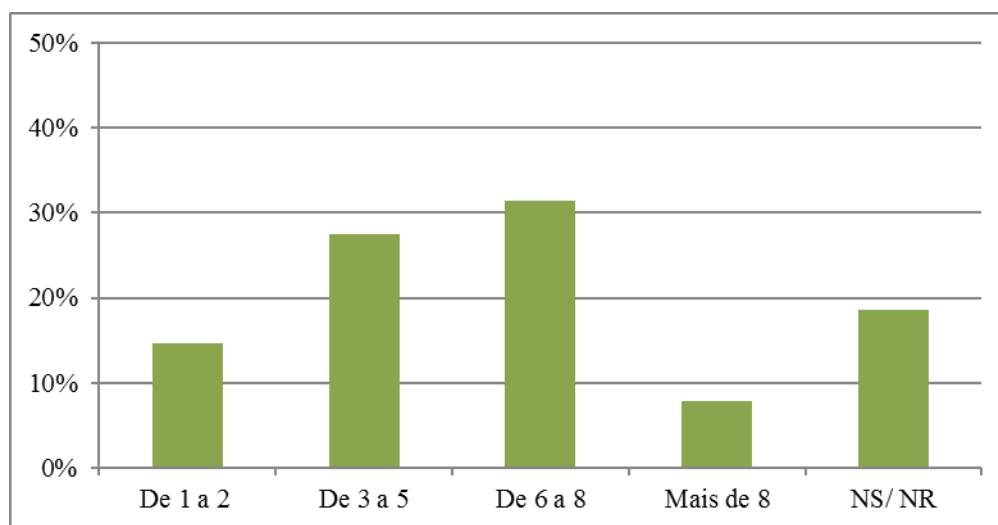
Os aderentes ao microcrédito, nesta instituição, em média, têm o ensino secundário concluído, confirmando o nível de instrução individual de cada indivíduo, ou seja, na sua grande maioria sabem ler e escrever. De realçar que, muitos participantes, procuram estes serviços também com a finalidade de pagar os estudos através dos pequenos rendimentos/negócios criados.

Tabela 6 – Número de Agregado Familiar

Descrição	Frequência	%
De 1 a 2	15	15
De 3 a 5	28	27
De 6 a 8	32	31
Mais de 8	8	8
NS/ NR	19	19
Total	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 7 - Número de Agregado Familiar



Fonte: Elaboração Própria

Em termos do número de membros de família por casa, a Figura 7 indica que as famílias angolanas normalmente são constituídas por mais de três membros, o que torna o agregado maior. Este facto deve-se aos familiares (tios, sobrinhos, primos) que se vão juntando às famílias, por razões diversas.

Os agregados com maior número de pessoas variam entre 6 e 8 indivíduos, o que torna a capacidade de convivência difícil quando se trata de pessoas que querem melhorar as suas condições socioeconómicas.

De salientar que, em média, as moradias com este elevado número de agregado são de um ou dois quartos, mas com dimensões muito pequenas, segundo algumas constatações feitas por nós localmente.

Tabela 7 – Existência de filhos

Descrição	Frequência	%
SIM	89	87
NÃO	8	8
NS/NR	5	5
Total	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

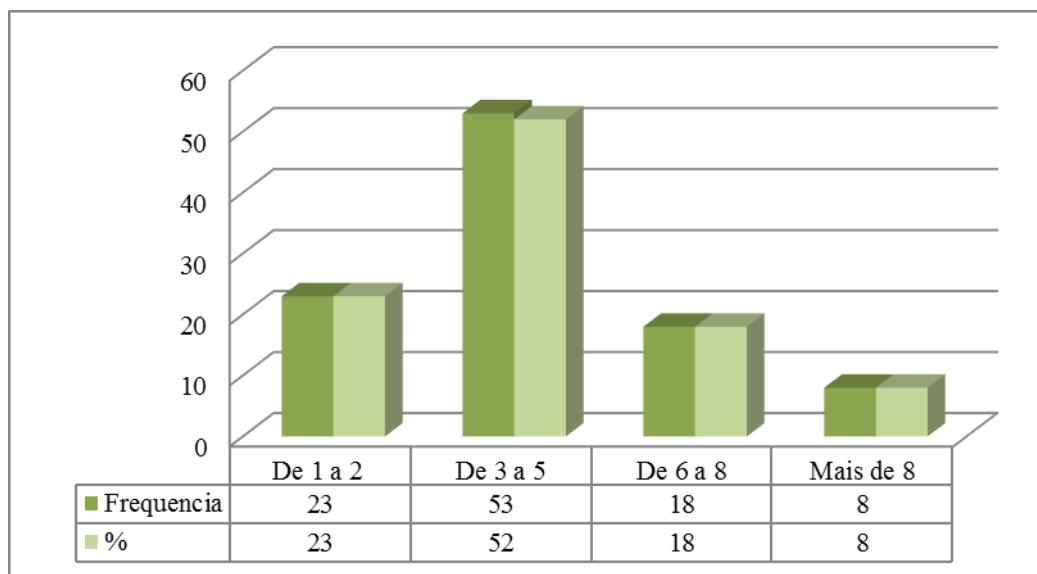
Segundo dados acima, quase 87 % dos inquiridos têm filhos.

Tabela 8 – Número de filhos

Descrição	Frequência	%
De 1 a 2	23	23
De 3 a 5	53	52
De 6 a 8	18	18
Mais de 8	8	8
Total	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 8 – Número de filhos



Fonte: Elaboração Própria

Confirmando os dados da Tabela 8 e Figura 8, para além do agregado familiar ser por norma formado por mais de três elementos, alguns dos membros não pertencem ao primeiro grau de parentesco. O número de filhos por família varia entre 1 a 5 pessoas, isso no conceito cultural da família angolana.

O gráfico acima demonstra que 52% dos casais têm, em média, 3 a 5 filhos; 23% têm 1 a 2 filhos; 18% 6 a 8 filhos e 8% com mais de 8 filhos¹.

3.3.2. Características do Negócio.

Tabela 9 – Ramo de atividade antes de receber o microcrédito

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Material Elétrico	1		1	1
Peças de geradores e carro	2		2	2
Acessórios de Telemóveis	3		3	3
Bebidas / diversas	4	9	13	13
Cantina / Mini Restaurante	7	8	15	15
Prestação de Serviços (diversos)	1	1	2	2
Comércio (diversos produtos)	20	22	42	41
Farmácia de bairro	1		1	1
Outros	6	17	23	23
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao ramo de atividade dos clientes, são diversos conforme mostra a tabela acima (Tabela 9). A categoria do comércio em produtos diversos ganha destaque, seguida das pequenas cantinas e bebidas diversas. Outros negócios frequentes são, por exemplo, as “Quinguinla” (pessoas que trocam divisas informalmente em vários pontos da cidade e na porta dos bancos; pessoas que vendem cartões de recarga telefónica e por ai adiante). Por outro lado, as mulheres superam os homens neste mercado.

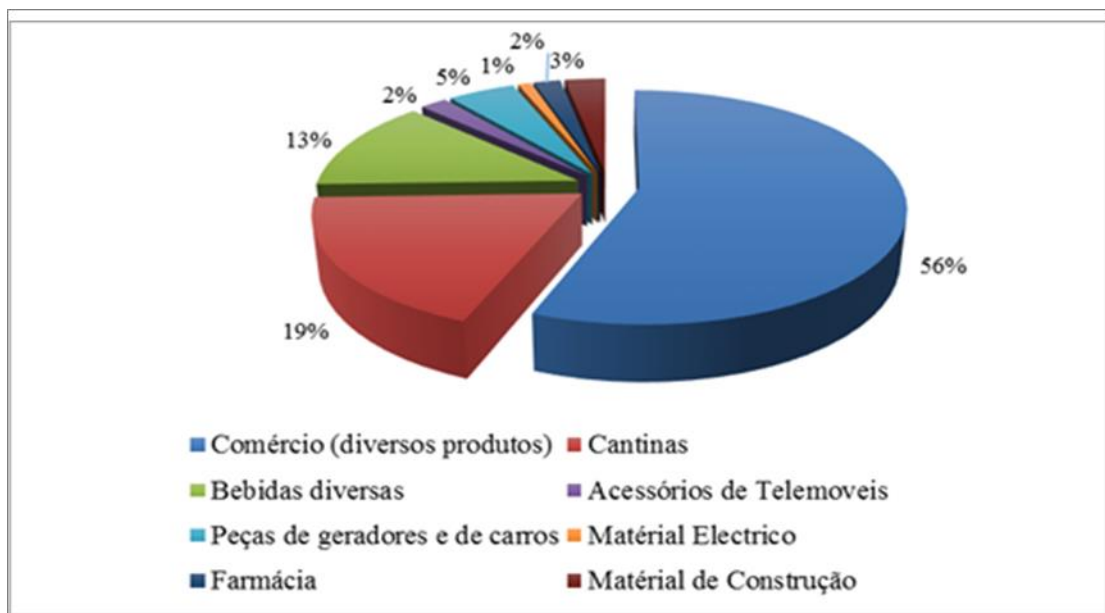
¹Alguns filhos são de relações falhadas.

Tabela 10 – Ramo de atividade atual

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Comércio (diversos produtos)	25	32	57	56
Cantinas	8	11	19	19
Bebidas diversas	5	8	13	13
Acessórios de Telemóveis	2		2	2
Peças de geradores e de carros	3	2	5	5
Matéria Eléctrico	1		1	1
Farmácia	1	1	2	2
Material de Construção		3	3	3
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 9 - Ramo de atividade atual



Fonte: Elaboração Própria

A maioria dos clientes desta instituição opta por dar continuidade aos seus negócios anteriores depois de adquirirem o crédito.

Atualmente, os negócios predominantes dos inquiridos continuam a ser o investimento no comércio de diversos produtos (56%), pequenas cantinas (19%) e a venda de bebidas diversas (13%) e as mulheres decidem procurar mais este mercado em relação aos homens.

A venda de produtos diversos pelas senhoras são óbvias para quem já esteve na capital de Angola. Esta fonte de negócio representa uma técnica imediata, através da venda direta dos produtos. Seja na rua, em frente das suas portas onde criam uma espécie de boutique, no calçadão ou noutra qualquer lugar de cidade, ou por encomenda direta de clientes, as chamadas “vendas ambulantes” são frequentes, como podemos constatar nas diversas áreas de Luanda.

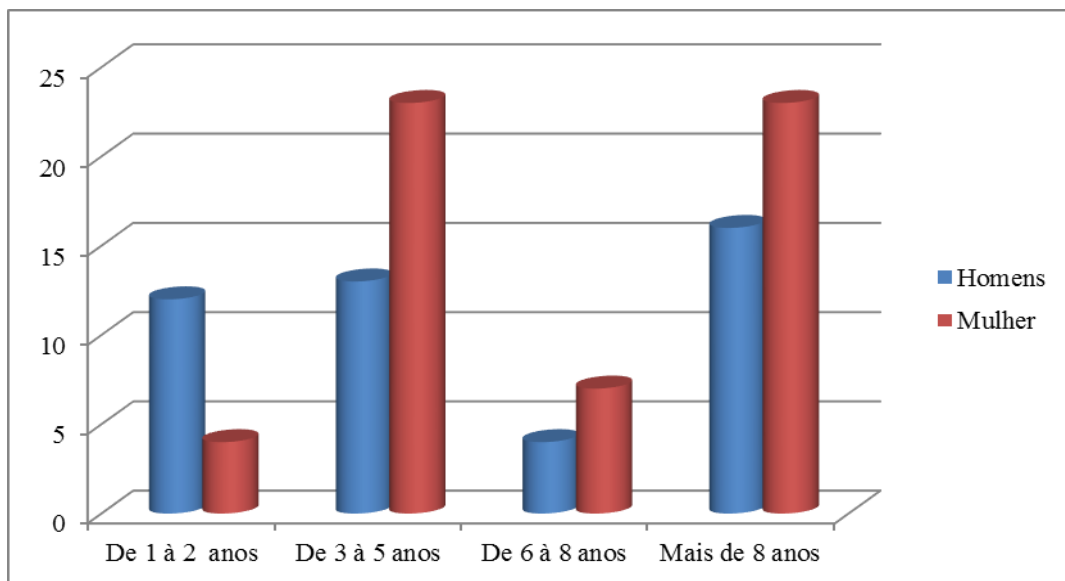
Já os homens comercializam produtos diversos, tais como peças de carros, computadores e venda a grosso de bebidas e alimentação.

Tabela 11 – Tempo que dedica à atividade

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
De 1 a 2 anos	12	4	16	16
De 3 a 5anos	13	23	36	35
De 6 a 8anos	4	7	11	11
Mais de 8anos	16	23	39	38
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 10 – Tempo que dedica à atividade



Fonte: Elaboração Própria

Em termos de durabilidade na maturidade dos negócios, os inquiridos parecem ter desde já um domínio no mesmo, isto é, o facto de não mudarem do ramo de negócio, mostra

que os resultados têm sido significativos, para ambos sexo, visto que conseguem mantê-los em períodos acima dos 2 anos.

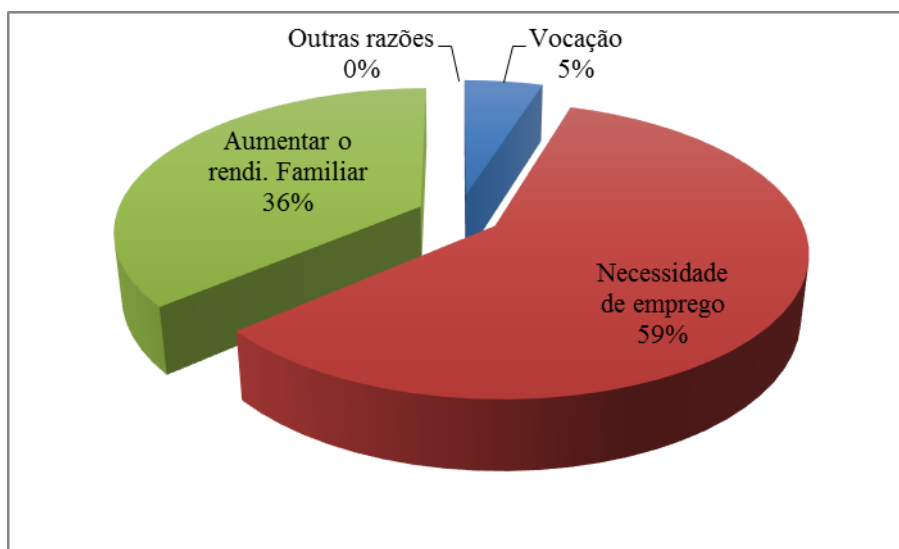
Tendo em conta os diversos tipos de negócios, em termos de durabilidade e continuidade no mercado, as mulheres parecem apresentar uma periodicidade acima da média, estando 23% no mercado sem mudanças de negócio no período entre 3 e 5 anos e 23% há mais de 8 anos. O mesmo desempenho verifica-se nos homens (13% e 16%, respetivamente), apesar de a tendência ser desacelerada face ao sexo oposto.

Tabela 12 – Razão para optar atividade

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Vocação	2	3	5	5
Necessidade de emprego	31	29	60	59
Aumentar o rendimento familiar	12	25	37	36
Outras razões				
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 11 – Razão para optar pela atividade

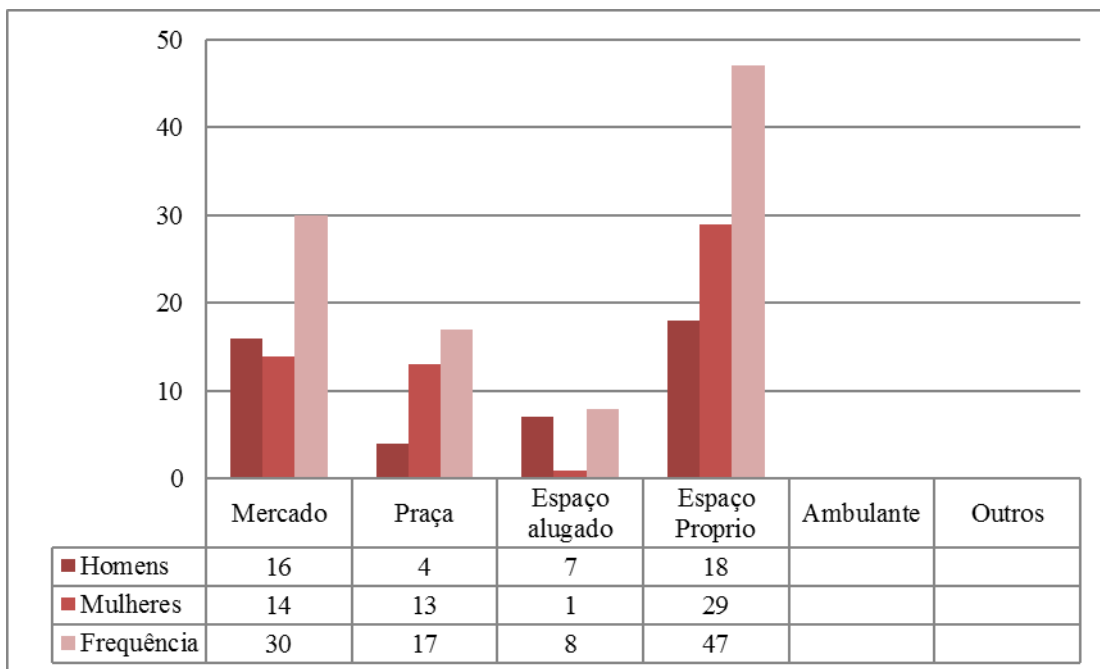


Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 12 e Figura 11 são de extrema importância para o presente trabalho, porque permitem fazer algumas considerações, quanto às razões para a procura do microcrédito e o objetivo, tendo presente que o que os clientes pretendem é sempre melhorar o estilo de vida de quem o procura.

Deste modo, a principal razão que leva as famílias ou pessoas individuais a procurar estes serviços são, fundamentalmente, para obter um emprego (59%) e para aumentar o rendimento familiar (36%). Fatores que dinamizam, até certo ponto, este mercado, que atua para ajudar indivíduos com capacidade económica reduzida.

Figura 12 – Localização da atividade



Fonte: Elaboração Própria

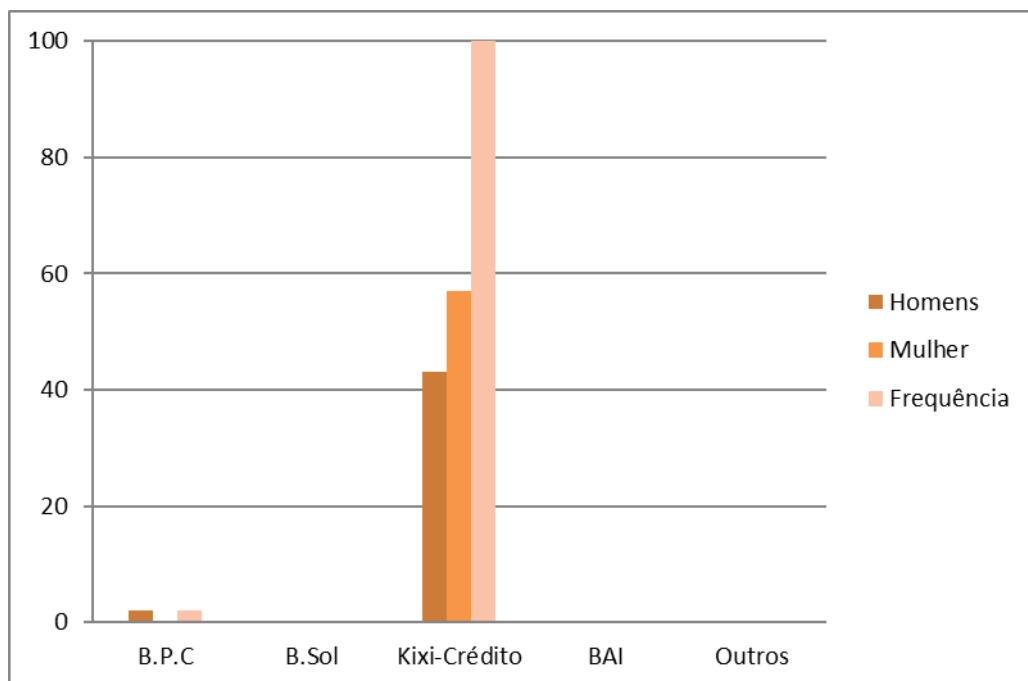
Quanto à localização das atividades dos negócios referenciados, varia desde o mercado oficial, praça informal, alugado ou próprio. Os pequenos investidores preferem montar um local próprio (46%) com o objetivo de poupar com o pagamento de rendas. Estes locais são, na sua maioria, em espaço onde residem, isto é, constroem no quintal uma pequena cantina, boutique e outros, donde comercializam diversos produtos em simultâneo.

Outros que não têm as mesmas possibilidades, concorrem nos mercados (29%) e praças (17%), para venderem seus próprios produtos.

3.3.3. Condições de crédito

Quanto a instituição onde os inquiridos beneficiaram do microcrédito, salientamos que, durante os inquéritos, alguns dos inquiridos que já se encontravam a usufruir destes serviços deram continuidade aos seus investimentos com outras instituições. Nomeadamente, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), que atua como Banco Tradicional, diferente da instituição em estudo, a “KIXICRÉDITO”, que atua somente na concessão de pequenos empréstimos, para pequenos investidores, socialmente excluídos do sistema formal.

Figura 13 – Instituições onde tomaram o crédito



Fonte: Elaboração Própria

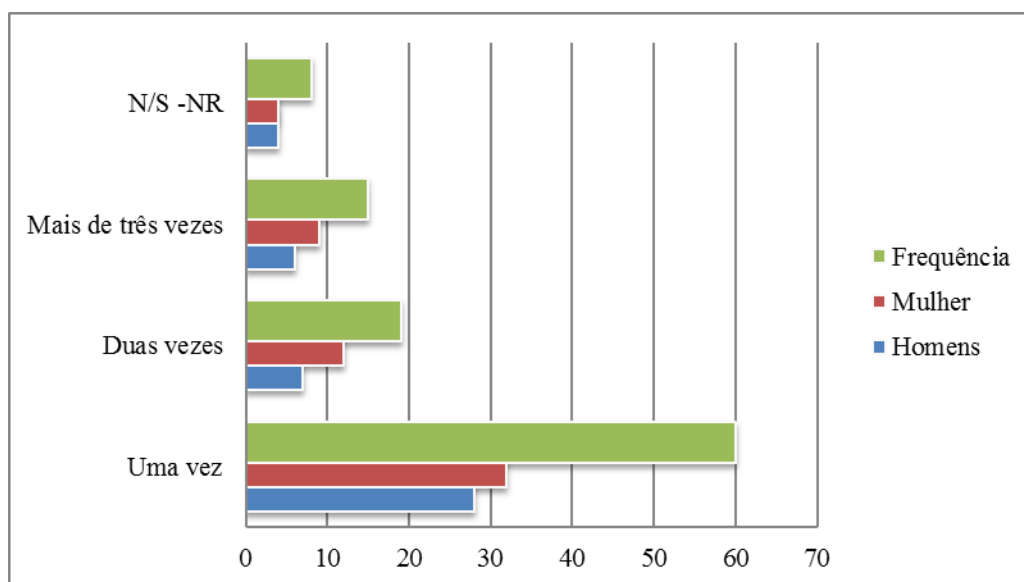
Com base na Figura 13, confirma-se a adesão maioritária à empresa KixiCrédito, devendo-se ao facto de o presente trabalho ser elaborado com a carteira de cliente desta empresa. A procura de ambos os sexos é significativa, dos 102 inquiridos, 100 aderiram, correspondendo a 98% da amostra.

Tabela 13 – Número de vezes que receberam o crédito

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Uma vez	28	32	60	59
Duas vezes	7	12	19	19
Mais de três	6	9	15	15
NS/NR	4	4	8	8
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 14 – Número de vezes que receberam crédito



Fonte: Elaboração Própria

Quanto à questão sobre o número de vezes que os inquiridos tiveram acesso ao crédito, 59% receberam somente uma vez, 19% duas vezes e 15% receberam mais de três vezes, tendo em conta os objetivos de cada um.

Os clientes que renovaram o pedido de concessão, normalmente respeitam o prazo de reembolso inicialmente estipulado.

Tabela 14 – Razão para repetir o pedido de crédito

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Ampliar o negócio	26	35	61	60
Recuperar o negócio	1	4	5	5
Outros	1	1	2	2
N/S –N/R	17	17	34	33
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Para quem teve acesso ao microcrédito mais que uma vez, a principal razão foi necessariamente a ampliação do negócio, de acordo com a afirmação de 60% dos inquiridos. Por outro lado, outras razões motivaram a renovação do pedido de concessão de crédito, mas ou não sabiam, ou não queriam responder (N/S – N/R), correspondendo 33% dos mesmos. Os restantes 5% e 2%, foram para a recuperação do negócio e outras causas.

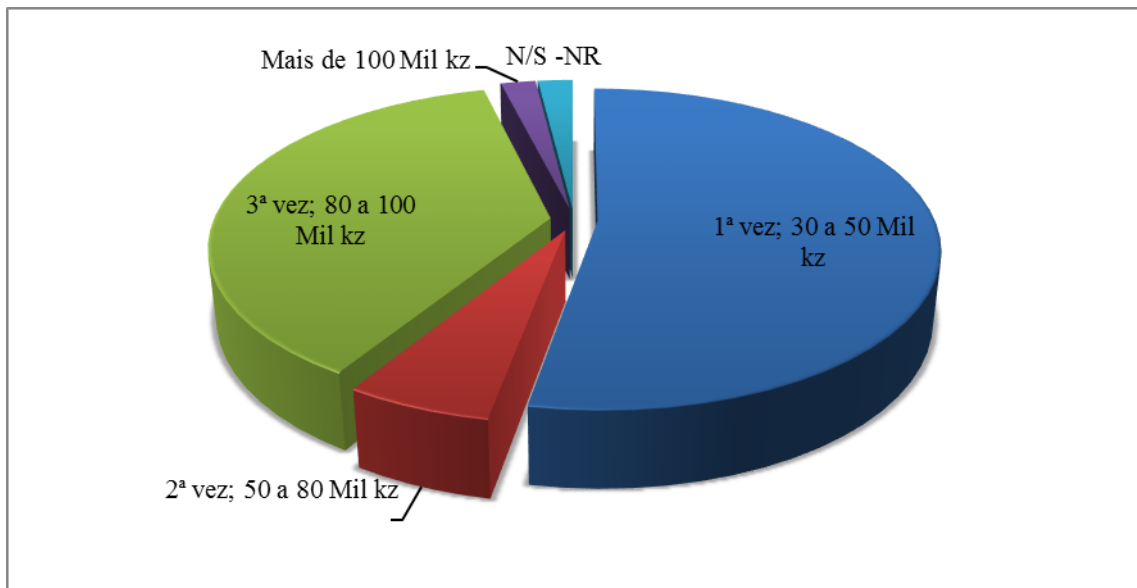
Tabela 15 – Montante do crédito (renovação do pedido)²

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
1ª Vez; 30 a 50 Mil kz	27	27	54	53
2ª Vez; 50 a 80 Mil kz	2	4	6	6
3ª Vez; 80 a 100 Mil kz	15	23	38	37
Mais de 100 Mil kz	1	1	2	2
N/S –NR		2	2	2
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

² A moeda expressa aqui, é expressa em kwanzas, moeda angolana, sendo que 10.000 Kz = 100 USD

Figura 15 – Montante do crédito (renovação do pedido)



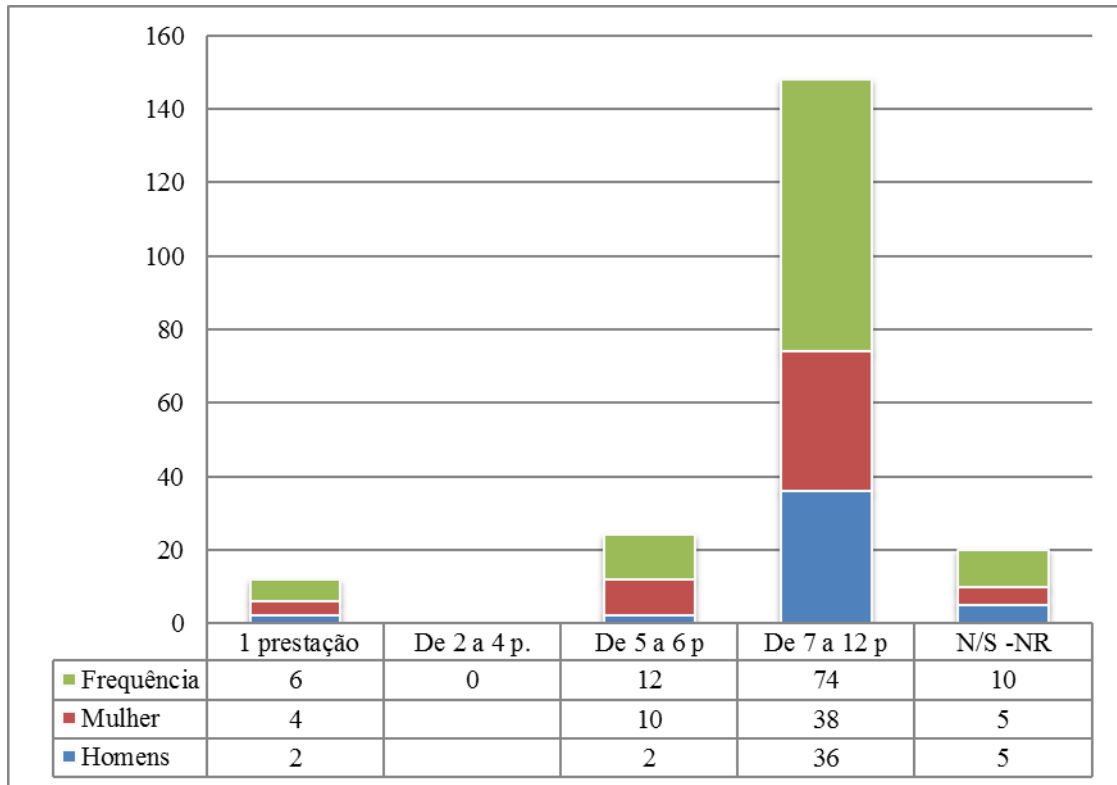
Fonte: Elaboração Própria

Para os montantes compreendidos entre 30 mil e 50 mil Kwanzas (30.000 kz = 300 USD; e 50.000 kz = 500 USD), 53% dos clientes da instituição renovaram os seus contratos uma vez; e 37% renovaram pela terceira vez, para um valor entre 80 mil a 100 mil Kwanzas.

Nota-se que tanto homens como mulheres tiveram a mesma taxa de procura na revalidação contratual, existindo uma diferença no género, quanto à terceira vez.

A partir do gráfico acima, podemos concluir quanto ao montante que os clientes pediram nas renovações dos seus contratos com a instituição credora.

Figura 16 – Número de prestações no reembolso



Fonte: Elaboração Própria

No que toca ao reembolso das prestações, 73% demoram a reembolsar, em média, entre 7 a 12 meses, 12% entre 5 a 6 meses; 10% entre 2 a 4 prestações e por fim 6% de uma só vez. Concluindo que são empréstimos de curto prazo, com prazo de 12 meses, com taxas de 3,75% ano.

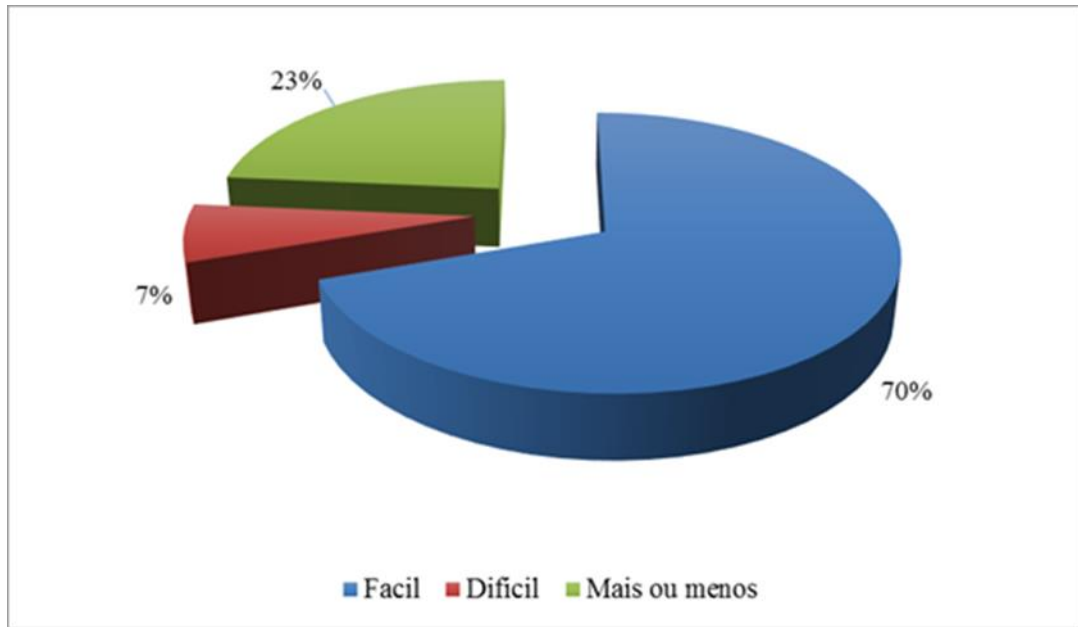
Tabela 16 – Fez reembolso?

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Na totalidade	2	10	12	12
Não totalidade	41	41	82	80
N/S – NR	2	6	8	8
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Segundo inquiridos, 80% ainda não reembolsaram o crédito na sua totalidade, 12 % já fez e 8% não sabem ou não responderam a esta questão.

Figura 17 – Como considerou o reembolso



Fonte: Elaboração Própria

Quanto aos negócios criados pelos pequenos investidores deste projeto de microcrédito, na sua grande maioria (70%), afirmam que foi fácil o reembolso; para 23% foi mais ou menos difícil e para 7% foi difícil.

Podemos concluir que existe uma taxa de resposta positiva por parte dos clientes no que toca à capacidade de cumprimento dos pagamentos dos empréstimos que lhes foi concedido, evidenciando, assim, a entreaajuda mútua entre a instituição e a população beneficiada, tendo em conta as técnicas de aproximação existentes, face aos clientes, no que toca ao acesso de informação.

3.3.4. Impacto verificado no lar

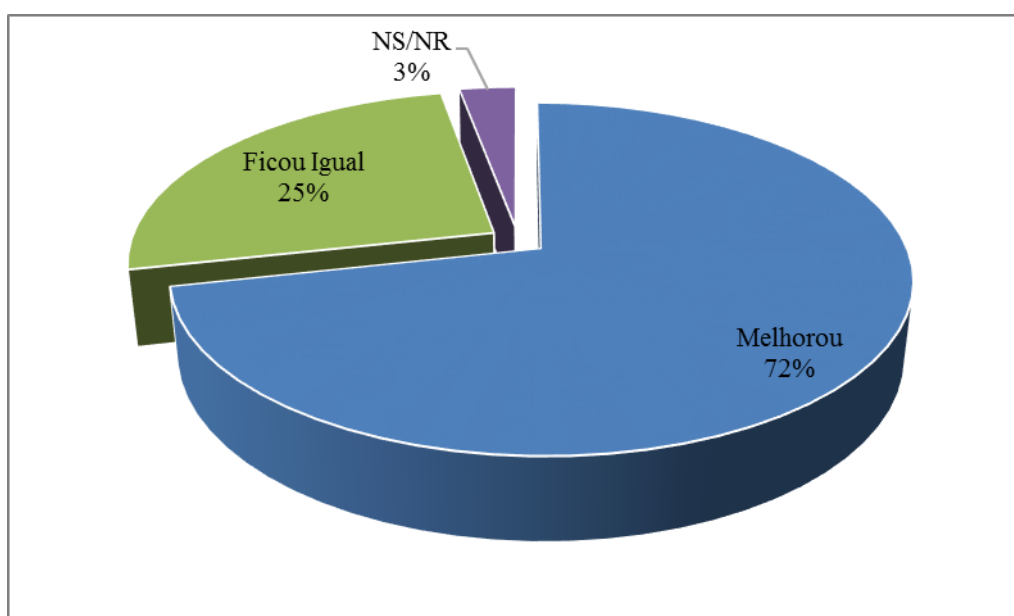
A questão do impacto do microcrédito no lar foi introduzida neste trabalho para procurar entender que mudanças têm acontecido no seio familiar, nomeadamente, no que concerne ao acesso aos bens de primeira necessidade, neste caso à alimentação e educação.

Tabela 17 – Situação da alimentação em casa

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Melhorou	28	45	73	72
Piorou				
Ficou Igual	14	12	26	25
NS/NR	3		3	3
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 18 – Situação da alimentação em casa



Fonte: Elaboração Própria

Quanto à alimentação em casa, 72% considera que melhorou significativamente, 25% ficaram em igual estado, e 3% não sabem ou não responderam. Nenhum inquirido considerou que piorou.

Para nós é muito importante esta questão, porque uma das faces mais evidentes da pobreza é a falta de acesso a um prato de comida, água potável, uma cama e outros bens, considerados fundamentais para um ser humano.

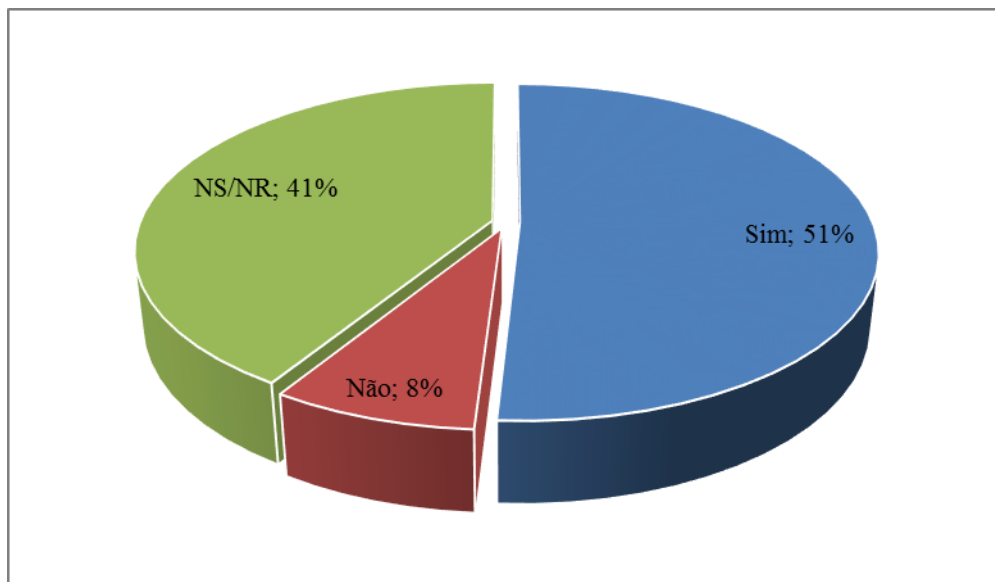
Tabela 18 – Melhoria de vida, desde a concessão ao crédito.

Descrição		Homens	Mulheres	Frequência	%
Aumento o Negócio	Sim	24	28	52	51
	Não	3	5	8	8
NS/NR		18	24	42	41
Total		45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Quando questionados sobre a melhoria de vida desde a concessão ao crédito, muitos dos inquiridos relacionaram o aumento do negócio com a melhoria em suas vidas, ou seja, depois de honrarem com os pagamentos das prestações junto da instituição credora e sempre que houvesse excedentes, consideravam-se felizes, porque com o excedente poderiam aumentar o volume de negócios, comprar um televisor, uma cama ou roupa nova para a família, coisa que antes era impossível.

Figura 19 – Melhoria de vida, desde a concessão ao crédito.



Fonte: Elaboração Própria

Quanto ao negócio em si, quando colocada a questão sobre as mudanças verificadas desde a concessão do crédito, 51% dos inquiridos tiveram um aumento no seu volume de negócio, tendo mais oportunidades em diversificar os seus produtos comerciais. Por outro

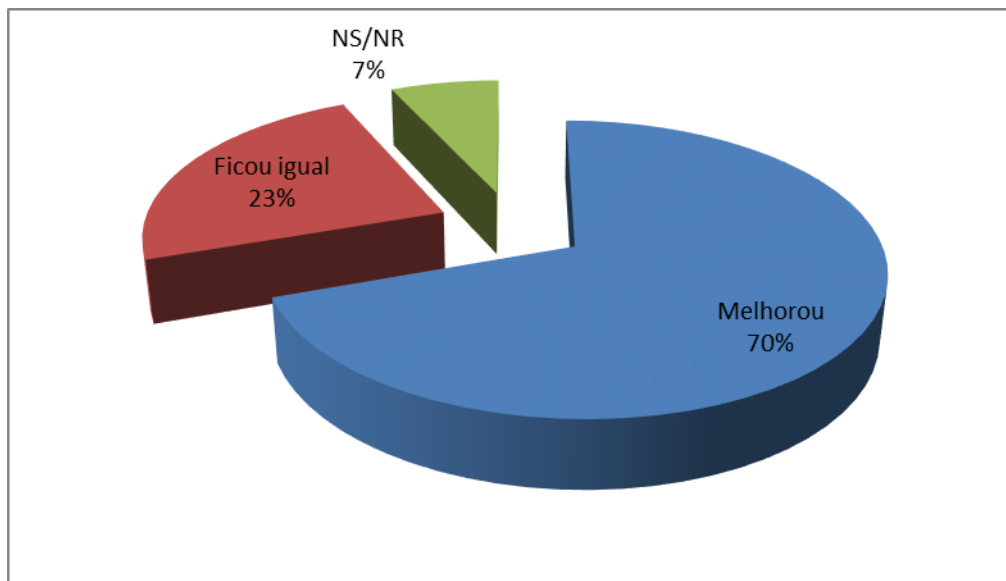
lado, 41% dos inquiridos não responderam ou não sabiam responder a esta questão e 8% declararam que não houve mudanças nos seus negócios.

Tabela 19 – Situação da educação dos filhos

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Melhorou	26	45	71	70
Piorou				
Ficou Igual	15	9	24	24
NS/NR	4	3	7	7
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 20 – Situação da educação dos filhos



Fonte: Elaboração Própria

Sobre a educação dos filhos dos inquiridos, 70% alegam que houve mudanças significativas quanto ao acesso às escolas, 24% disseram que não houve mudanças e 7% não sabiam ou não quiseram responder a esta questão.

Importa referir que uma das ferramentas para ultrapassar qualquer obstáculo socioeconómico passa pelo grau de literária de cada indivíduo. Em Luanda, felizmente, nota-se uma grande afluência por parte dos jovens no ensino, isto é, a população mais carenciada começa a ter noção de que, para se ter sucesso na vida, é necessário frequentar a escola, para

no futuro ter melhores oportunidades sociais. Entretanto, o investimento na formação pode-se considerar também como uma ferramenta para reduzir a pobreza? Pensamos que sim.

3.3.5. Impacto no Indivíduo (bem-estar pessoal)

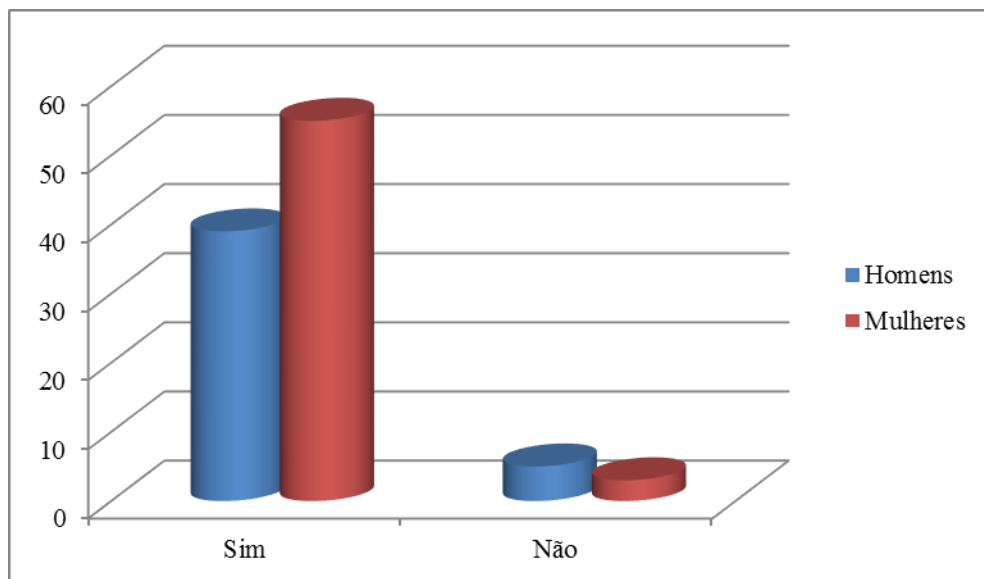
Todo dispêndio de energias em busca de melhores condições de vida requer força em termos físicos, mas acima de tudo motivação para nos mover onde quer que seja, de forma a alcançar o objetivo pretendido.

Tabela 20 – Melhoria em termo individual

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Sim	39	55	94	92
Não	5	3	8	8
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 21 – Melhoria em termos individual.



Fonte: Elaboração Própria

Na pesquisa elaborada, é fundamental entendermos se a nível pessoal tem havido ou não mudanças, desde a primeira vez que os indivíduos tiveram acesso a estes produtos financeiros de curto prazo, que são renováveis, de acordo com o contrato. Assim, através da

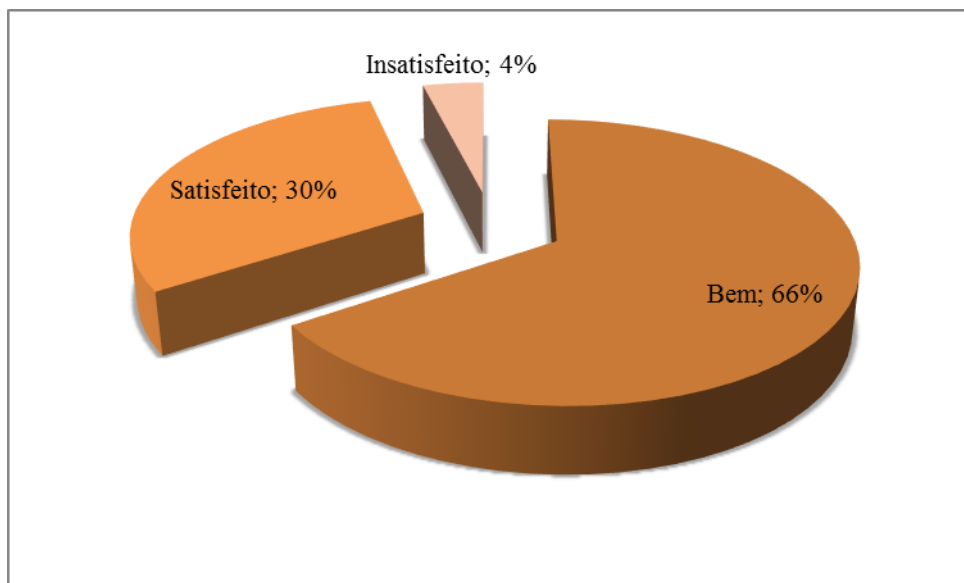
Tabela 20 verifica-se que a grande maioria (92%) considerou que este projeto mudou a sua vida pessoal. As mulheres, mais uma vez, superaram o sexo oposto, quanto as ocorrências de realização em termos pessoais (55% vs 39%).

Tabela 21 – Nível de satisfação (individual).

Descrição	Homens	Mulheres	Frequência	%
Bem	25	42	67	66
Satisfeito	16	15	31	30
Insatisfeito	4	0	4	4
Total	45	57	102	100%

Fonte: Elaboração Própria

Figura 22 – Nível de satisfação (individual).



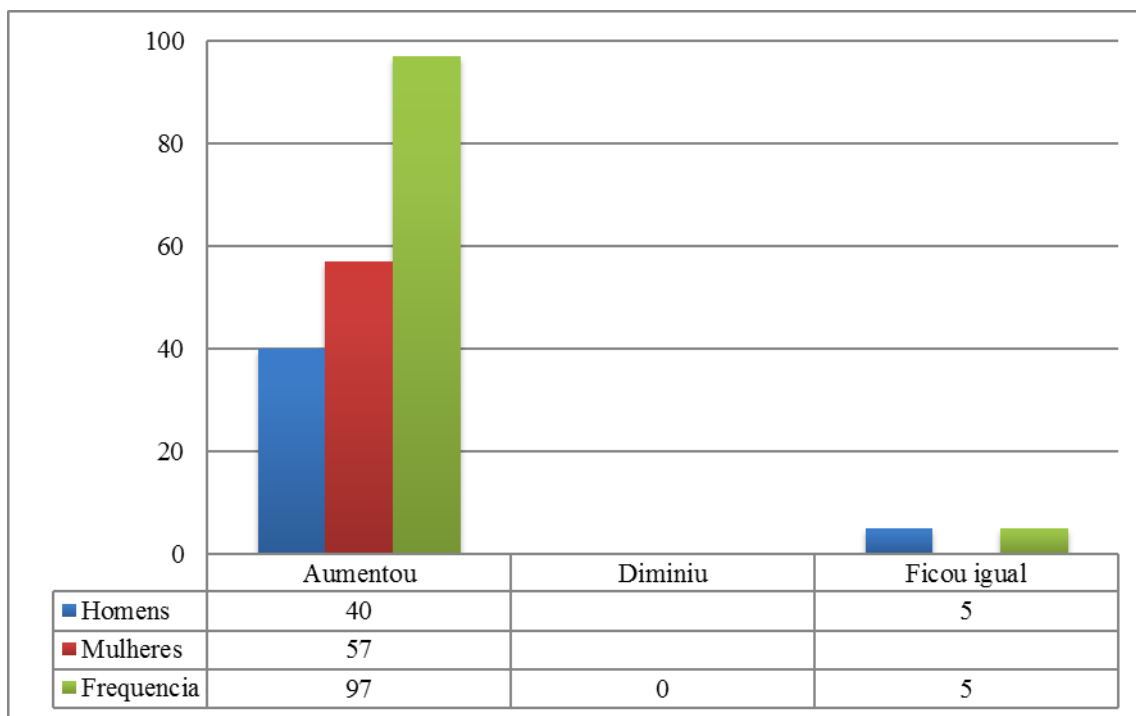
Fonte: Elaboração Própria

Através da Figuras 22 podemos concluir que 98 (67+31) dos 102 inquiridos, o que corresponde 96% da amostra, estão satisfeitos com as mudanças que ocorreram nas suas vidas desde que tiveram acesso ao microcrédito e 4% não estão, o que globalmente satisfaz a presente investigação em termos de motivação.

Analisando a imagem, a maior parte dos participantes do estudo sentem-se bem, outros satisfeitos com as oportunidades que têm acesso, estando estes motivados com os seus

pequenos investimentos. Como é normal, uma pequena parcela da amostra, encontra-se insatisfeito, por diversas razões.

Figura 23 – Volume de vendas após tomada de crédito



Fonte: Elaboração Própria

Podemos também concluir que 97% dos inquiridos sentem-se mais independentes atualmente por verem os seus volumes de vendas cresceram após a tomada do crédito, conforme se verificas na Figura 23.

Globalmente, as mulheres tiveram maior destaque no acesso ao crédito, como via de superarem os obstáculos sociais e económicos, por outro lado, apesar de moderada a procura por parte dos homens tem vindo a aumentar gradualmente.

4. Limitações durante a pesquisa

Durante toda investigação, foram várias as limitações que fomos encontrando pelo caminho. De salientar que, toda a parte prática foi executada estando já em Luanda. Durante a recolha de informação às instituições que concedem o microcrédito, só uma olhou para nós positivamente, o BPC e o Banco Sol mostraram limitações em fornecer-nos informações relevantes, mesmo depois de demonstrar que este trabalho teria somente fins académicos, foram tantas as voltas que no final acabamos por desistir.

Quando fôssemos nas suas páginas de internet, a informação acabaria por ser incompleta. Deste modo, trabalhamos somente com a entidade do Kixicrédito, limitando a nossa amostra, tendo em conta alguns municípios da cidade de Luanda.

O acesso a Internet é também bastante limitado, mostrando saturação e morosidade na abertura de uma página, fraca fiabilidade na informação. Gostaríamos de poder complementar mais a nossa investigação com informação sobre o microcrédito Luandense, mas infelizmente o país não dispõe ainda de bibliotecas públicas fiáveis para pesquisa pública sem constrangimentos. Mas mesmo assim foi possível concluir a investigação pretendida, esperando que no futuro próximo as coisas venham a ser diferentes.

5. Conclusão

Considerando os aspetos históricos, a pobreza tem uma vida longa no que diz respeito a encontrar soluções viáveis, tendo em conta as contribuições dos autores referenciados. Dizer que a pobreza um dia terá fim, na sua totalidade, seria proclamar uma informação, deveras errónea, mas como o autor Jeffrey Sachs frisa, na sua obra *O Fim da Pobreza*, “se todos no mundo unirmos forças nesse sentido, de certeza, que melhorariamos o quadro actual, das pessoas vítimas de pobreza no mundo inteiro”. Isto é, se todos nós, como cidadãos do mundo, contribuíssemos para esta causa, com certeza, o quadro seria deveras diferente.

Os debates em torno do conceito de pobreza intensificaram-se nas últimas décadas e recentemente a Comunidade Internacional reconheceu que a pobreza afeta as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento, sendo não apenas sinónimo de carência económica ou falta de alimentação, mas igualmente carência material, da qual se salienta a alimentação, o alojamento, a educação e os cuidados de saúde, a carência social, a liberdade

individual e a igualdade de tratamento perante a lei, o direito a um nível de vida aceitável e o direito de participação no exercício do poder político.

O estudo da pobreza, as suas dimensões, causas e consequências, relacionando-o com o sistema de microcrédito, permitiu a compreensão da persistência e severidade deste fenómeno em Angola, pois a guerra é direta e indiretamente a principal causa da pobreza.

O microcrédito é utilizado como instrumento, quando é trabalhado com uma população que o sistema económico não consegue inserir, já que não é fácil encontrarem empregadores que valorizem as suas capacidades, mesmo se treinadas e desenvolvidas através da formação profissional. Isto não significa que a comunidade onde residem não necessite do produto do seu trabalho.

Deste modo, o microcrédito existe precisamente para as pessoas que almejam um pequeno negócio, adaptado aos seus conhecimentos e saber-fazer, através do qual possam melhorar o seu rendimento familiar e buscar inserção económica e social que lhes permita romper com a sua situação de exclusão.

Atendendo a esta mais-valia do microcrédito, foi levantada a seguinte questão de partida: Será que microcrédito contribui para erradicar a pobreza e a exclusão social?

A resposta à questão de investigação é sim, o microcrédito contribui para erradicar a pobreza e exclusão social. Segundo a bibliografia utilizada, os diversos pontos de vista constatados pelo autores sobre a matéria acreditam que este instrumento, quando combinado com outras ferramentas complementares, pode até um certo ponto contribuir para o combate ou erradicação da pobreza.

Por outro lado, sobre a mesma problemática, na “Avaliação do desempenho Social das Instituições de Microfinanças em Moçambique” realizada por Psico (2007, p.197), este concluiu que

as instituições de microfinanças que operam em Moçambique estão muito aquém do que seria o desempenho social desejado, pois elas não operam para ampliar o acesso aos serviços financeiros, reduzir à pobreza, construir a solidariedade comunitária, ou promover o desenvolvimento e a regeneração económica.

Por conseguinte, segundo o estudo de caso aplicado na realização do presente trabalho, a informação recolhida permitiu-nos tirar algumas conclusões que poderão responder à questão de investigação.

Deste modo, podemos concluir que o microcrédito pode ser um instrumento para erradicar a pobreza, quando aplicado eficientemente, pois ajuda a melhorar significativamente a vida de determinadas famílias, que vivem em situação carência ou pobreza.

Apesar da diversidade de pessoas que vivem em Luanda, mais de 60% das famílias ou pessoas individuais inquiridas viram as suas vidas melhorarem depois de terem tido acesso e acompanhamento através da instituição credora dos pequenos empréstimos, neste caso em concreto a KixiCrédito, depois de terem investido tais montantes em pequenos e diversos negócios. Queremos com isso dizer que, esta ferramenta, quando bem aplicada, pode sim melhorar em vários aspetos as condições de vida das famílias, o que não significa que este sistema funcione com todas as famílias, cada caso é um caso, porque nem todos os participantes conseguiram ter sucesso.

Podemos constatar ainda que as mulheres são quem mais recorre a estes serviços e normalmente obtêm sucesso, comparativamente com os homens. Por outro lado, a maior preocupação destas famílias consiste em ter um negócio próprio, apesar dos riscos que incorrem ao usarem dinheiro alheio, tendo como um dos principais objetivos proporcionar melhor alimentação, habitação e educação.

Globalmente, numa amostra de 102 inquiridos, mais de 70% estão satisfeitos com a oportunidade de terem tido acesso a um empréstimo, ajudando, assim, as famílias a verem mudanças consideráveis nas suas vidas. Apesar de tais negócios, sob o ponto de vista de alguns, poder parecer um nicho, para estas pessoas é oportunidade de uma vida e liberdade em dar sentido e rumo aos seus sonhos, em busca de melhores condições de vida, na cidade capital.

Durante a realização da investigação e para melhor perceção do impacto do microcrédito como ferramenta para a redução da pobreza em Luanda, procedeu-se à sua caracterização segundo alguns indicadores, tais como: as condições de trabalho; o tipo de negócio em que o indivíduo ou família está inserido; o produto de microcrédito, como ferramenta para melhoria de vivência destas famílias; as condições de habitação, escolaridade, bem-estar social, rendimento do agregado familiar, alimentação, a composição do agregado familiar; e satisfação com próprio negócio. Estes dados permitiram confirmar que Luanda continua a apresentar carências graves em todos os setores, apesar de algumas melhorias.

Quanto às instituições financeiras, infelizmente, ainda são poucas as que têm programas de cedência de pequenos empréstimos, como instrumento de combate à pobreza. A falta de organização e transparência do mercado limita a oferta. Por outro lado, a falta de documentação por parte da população, localização ou morada fixa, são alguns aspetos que delimitam este mercado.

Considerações futuras

É preciso, pois, lutar contra a pobreza de modo a devolver aos mais pobres os seus direitos. Para o efeito, torna-se necessária a elaboração de políticas sociais de apoio aos mais carenciados, para que possam sair da condição em que se encontram e para que tenham uma visão mais optimista de forma a contribuírem para o desenvolvimento do seu país. Doze anos após o término da guerra civil, já se registam algumas melhorias das condições sociais. No entanto, muito ainda há por fazer de modo a providenciar aos angolanos mais pobres condições dignas de se viver.

Porém, a aposta no sector da Educação e Saúde (acesso grátis), devem ser levados a sério, assim como o Investimentos Directos Estrangeiro (IDE). Porque, melhores hospitais e com mão-de-obra capacitadas (médicos e enfermeiros), ajuda a combater o índice de mortes prematuras, de crianças e adultos, melhores escolas, ajuda a direccionar os jovens para um futuro com esperança, em vez de se tornarem delinquentes ou marginais e por ai adiante.

Infelizmente, a falta de transparência por parte de algumas políticas, deve-se ao facto de existir ainda a corrupção, boicotando assim, o sistema, apesar dos esforços que se tem verificado por parte do Executivo angolano. Numa fase, em que Angola esta na moda, urge a necessidade em investir na mão-de-obra, infra-estrutura em todos os níveis, e políticas sociais para os mais pobres e temos tudo para conseguir, basta apenas acreditar e racionalizar melhor os recursos de que dispomos e geri-lo ou redistribui-lo de uma forma racional e equitativa.

Só assim, poderemos contribuir para redução da pobreza no mundo, se cada país governar melhor sua população. Se todos, aderissem o mundo seria um lugar melhor, com certeza para muitas famílias.

Bibliografia

- Abreu, A. Pinto. (2005). Sector Informal, Microfinanças e Empresariado Nacional Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 11/12, 39-54.
- Akerlof, G. A. (1970). The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanismo. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488-500.
- Akoum, I. (2008). Globalization, Growth and Poverty: the Missing Link. *International Journal of Social Economics*, 35(4), 226-238.
- Alcock, P. (1997). *Understanding Poverty*, 2 nd edition,. London: Macmillan Press.
- Alice, L. & Ruppenthal, J. E. (2012). Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social. *GEPROS, Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, 7(1), 23-34.
- Almeida, J. (1994). *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Amaro, R. (2003). *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal*. Genebra: BIT/STEP.
- Angola, I. N. (2010). *Inquerito Integrado sobre o Bem-Estar da População (2008-2009)*, IBEP. Luanda: INE.
- Atkinson, T. (1998). Social Exclusion, Poverty and Unemployment. In A.B Atkinson e J. Hills (eds.). *Exclusion, Employment and Opportunity* (pp.9-24). London: Centre for Analysis of Social Exclusion Papers, CASE.
- Ayyagari, M. A. K. (2012). *Financing of Firms in Developing Countries: Lessons from Research*, World Bank Policy Research Working Paper 6036. Washington DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2013). *Angola Country Profile - World Bank Enterprise Survey*. Washington DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial (2010). *Angola Country Profile" World Bank Enterprise Survey*. Washington DC. Banco Mundial.

- Banerjee, A. V. & Duflo, E. (2012). *A Economia dos Pobres*. Temas e Debates – Circulos Leitores.
- Beck, P. H. (2007). *Serviços Financeiros ao Alcance de África*. Banco Mundial.
- Capucha, L. (1998). *Pobreza, Exclusão Social e Marginalidade*. Portugal - Oeiras: Celta.
- Carvalho, P. (2002). *Quanto Tempo Falta para Amnahâ?* Oeiras: Celta.
- Correia, L. M. (2004). *Monografia : a Engenharia da Produção Académica*. São Paulo: Saraiva.
- Costa, A. B. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza*. Lisboa: Gradiva.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Um Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta.
- Gil, A. (1999). *Metódos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Guest, R. (2005). *África: Continente Acorrentado- Passado, o Presente e o Futuro de áfrica*. Porto: Civilização.
- Gutiérrez Neto, B. (2006). El microcrédito: dos escuelas teóricas y su influencia en las estrategias de lucha contra pobreza. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 54, 167-186.
- Gutiérrez Neto, B. (2005). Antecedentes del Microcrédito. Lecciones del Passado para las Experiencias Actuales. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 51, 25-50.
- Honohan, Patrick. & Beck Thorsten. (2007). *Fazendo Trabalho de Finanças para África*. Banco Mundial Publicações.
- Jorge, J. P. & Ferreira, R. (2011). *Manual das Finanças Pessoais - Como Organizar e Investir o seu Dinheiro*. Lisboa, Portugal: Arcádia.
- Kankwenda, M. (2000). *Poverty Eradication, where Stand áfrica?* London: Economics.
- Lima, M. C (2004) *Monografia: a Engenharia da Produção Académica*; Saraiva: São Paulo

- Lomasky, L. & Swan, K. (2009). Wealth and Poverty in the Liberal Tradition. *The Independent Review*, 13(4), 493-510.
- Maghubi, N. & Selim, T. (2006). Poverty as Social Deprivation: a Survey. *Review of Social Economy*, 64, 181-204.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial [MINPLAN], PNUD-Angola.(2009). *Country Programme Action Plan (2009-2013)*. Edição de autor.
- Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial [MINPLAN] (2005). *Estratégia de Combate à Pobreza*. Cadernos da População et Desenvolvimento. Edição de autor
- Misturelli, F. & Heffernan, C. (2008). What is Poverty? A diachronic exploration of the discourse on poverty from the 1970s to the 2000s. *European Journal of Development Research*, 20(4), 666-684.
- Nobre, F. (2009). *Humanidade; Despertar para a Cidadania Global Solidária*. Rio de Mouro, Portugal: Circulo de Leitores.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. *Estratégia Global do Sector da Saúde (2011-2015)*. Acedido a 24/03/2014 em <http://www.who.int>
- Perreira, A., & Poupa, C. (2012). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico*. Lisboa: Edições Sílabos.
- Psico, J. A. (2007). A Avaliação do Desempenho Social das Instituições de Microfinanças. Tese apresentada ao Departamento de Gestão de Empresas do ISCTE para a obtenção do grau de Doutor, Lisboa.
- Renversez, F. (1991). *Elément d´ analyse monétaire*. Paris: Dalloz.
- Sachs, J. (2006). *O Fim da Pobreza: Como Consegui-lo na Nossa Geração*. Lisboa: Casa das Letras.
- Sachs, J. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. Penguin: New York.

- Scott, W. (1997). Poverty in Transition in Eastern Europe and Commonwealth of Independent State: Conceptual issues and some findings. *Statistical Journal of the United Nations Economic Commission for Europe*, 14(2), 189-208.
- Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradina.
- Sen, A. (1999). *Pobreza e Fomes: Um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Terramar.
- Texeira, A. A., Silva, S. T., & Texeira, P. (2010). *O que sabemos Sobre a Pobreza em Portugal?* Porto, Portugal: VidaEconómica
- Woodward, A. & Kohli, M (2001). *Inclusions and Exclusions in European Societies*. London: Routledge.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Metodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Yunus, M. (2011). *A Empresa Social*. Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- Yunus, M. (2008a). *Criar um Mundo sem Pobreza, Tradução de Monica Bello*. Lisboa: Difel.
- Yunus, M. (2008b). *O banqueiro dos pobres, África*.

Websites consultados

- Associação Nacional de Direito ao Crédito. Acedido a 16-05-2014 em <http://www.microcredito.com.pt> Angola'in (15-06-2009). Microcrédito ao serviço da Paz, Acedido a 22-04-2014 em <http://angolain.blogspot.pt/2009/06/angolain-3.html>
- Angola'in (15-06-2009). Microcrédito ao serviço da Paz. Acedido a 22-04-2014 em <http://angolain.blogspot.pt/2009/06/angolain-3.html>
- Banco Nacional de Angola, Acedido a 02-07-2015 em <http://www.bna.ao>
- Círculo Angolano (22/03/2013), Deutsche Bank alerta para desregulação do mercado angolano. Acedido a 25-05-2014 em <http://www.circuloangolano.com>
- Círculo Angolano (2014), A pobreza é uma dimensão talvez mais visível da exclusão social. Acedido a 19-05-2014 em <http://www.circuloangolano.com>

Círculo Angolano (19-05-2014), Banca em Angola cresce 30% até 2016 apesar da “alta corrupção” Acedido a 25-05-2014 em <http://www.circuloangolano.com>

Kixicredito. Acedido a 02-07-2015 em <http://www.kixicredito.com/index>

Microcredit Summit Campaign (2010), “What is Microcredit”. Acedido a 02-02-2014 em <http://www.microcreditsummit.org/about/whatismicrocredit/>

Mixmarket, Acedido em 20-05-2014 em <http://www.mixmarket.org/mfi/kixicredito>

Wikipédia, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Microcredito>, Acedido a 07-11-2014

World Bank (junho, 2013). Angola Economic Update. Luanda, Angola. Acedido a 28-02-2014 em www.worldbank.org/angola

<http://economistasmt.blogspot.pt/2012/09/risco-moral-e-selecao-adversa>. Acedido a 13-10-2015.

Apêndices

Apêndice I – Questionário realizado para a pesquisa

Questionário.

Pesquisa sobre O Microcrédito como Instrumento para o Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Chamo-me Zenaida Beatriz Kanjala Sawimbo, aluna do 2º Ciclo do Curso de Gestão de Empresas da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, em Lisboa-Portugal.

Com o objetivo de fazer um trabalho final de curso de Mestrado em Gestão de Empresa, solicita-se a sua colaboração e contribuição, respondendo com clareza as questões que lhe são postas.

O presente questionário destina-se exclusivamente para fins académicos, e os dados confidencialmente protegidos.

I-I identificação

1.1-Idade_____

1.2 - Sexo M ☐ F ☐

1.3 - Naturalidade, (provincia onde nasceu) _____

1.4 - Nível de instrução: Sabe Ler e Escrever: Sim ☐ Não ☐

1ª á 4ª classe: Completo ☐ Incompleto ☐

5ª á 6 classe: Completo ☐ Incompleto ☐

Secundário: Completo ☐ Incompleto ☐

Ensino Superior: Completo ☐ Incompleto ☐

1.5 – Estado Civil_____

1.6 – Qual é o número do seu agregado familiar?

- 1-2 ☐
- 3-5 ☐
- 6-8 ☐
- + 8 ☐
- NS/NR ☐

1.7 – Tens filhos?

- Sim ☐
- Não ☐
- NS/NR ☐

1.8 – Se sim quantos?

- 1-2 ☐
- 3-5 ☐
- 6-8 ☐
- + 8 ☐
- Outro, qual _____

II – Características do Negócio

2.1 – Qual foi o ramo da sua atividade antes de receber o micro crédito?

2.2 – Qual é o seu ramo atual? _____

2.3 – Desde quando se dedica a esta atividade? _____

2.4 – Qual é a razão que levou a optar por essa atividade

(1) Vocação ☐

(2) Necessidade de emprego ☐

(3) Aumentar o rendimento familiar ☐

(4) Outros _____

2.5 – Localização da atividade:

(1) No mercado ☐

(2) Na praça ☐

(3) Num espaço alugado ☐

(4) Num espaço próprio ☐

(5) Ambulante ☐

(6) Outros ☐

III – Condições de Crédito

3.1 – Instituições onde tomaram o crédito

➤ B.P.C ☐

➤ B. SOL ☐

➤ Kixicrédito ☐

➤ BAI ☐

➤ Outros _____

3.2 – Quantas vezes receberam o crédito? _____

3.3 – (para quem recebeu mais de uma vez) Porque tomou o MC outra vez:

(1) Ampliar o negócio ☐

(2) Recuperar o negócio ☐

(3) Outros ☐

3.4 – Qual foi o montante?

1ª Vez_____

2ª Vez_____

3ª Vez_____

3.5 – Para reembolsar em quantas prestações? _____

3.6 – Já fez o reembolso:

(1) Na totalidade

(2) Falta algumas prestações? Quantas_____

3.7 – Como foi reembolso

(1) Fácil ☐

(2) Difícil ☐

(3) Mais ou menos ☐

IV – Impacto no lar

4.1 – Situação da alimentação em casa.

➤ Melhorou ☐

➤ Piorou ☐

➤ Ficou igual ☐

4.2 – Mudanças em casa

➤ Maior conforto? Sim ☐

Não ☐

➤ Compra de bens? Sim ☐

Não ☐

➤ Comparando a sua vida atual com a anterior, diria que:

Hoje vive melhor? Sim ☐

Não ☐

Melhorou em alguns aspetos? Se sim, quais?

4.3 – Educação dos filhos

➤ Melhorou ☐

➤ Piorou ☐

➤ Ficou igual ☐

V – Impacto no indivíduo.

5.1 – Ocorreram mudanças a nível pessoal?

➤ Sim ☐

➤ Não ☐

5.2 – Como sente

➤ Bem ☐

➤ Satisfeito ☐

➤ Insatisfeito ☐

5.3 – Sente-se mais independente

- Sim ☐
- Não ☐

5.4 – Volume de vendas após a tomada de crédito

- Aumentou ☐
- Diminui ☐
- Ficou igual ☐

A empresa contactada para o preenchimento dos questionário foi a Instituição KixiCrédito S.A – Angola, por ter demonstrado o interesse sem muitos entraves, ao contrário a demais instituições que tentamos contactar.